



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## Documento Final Sistematização

### Campus Realeza



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**

CAMPUS REALEZA

## SUMÁRIO

<b>1. A Universidade Federal da Fronteira Sul e a sociedade local e regional: algumas reflexões pertinentes .....</b>	<b>03</b>
<b>2. O desafio da Universidade Pública.....</b>	<b>03</b>
<b>3. Universidade Pública e Sociedade.....</b>	<b>06</b>
<b>4. Por uma avaliação da I COEPE.....</b>	<b>08</b>
<b>5. Considerações oriundas da Audiência Pública de avaliação da I Coepe.....</b>	<b>23</b>
<b>6. Programação e convite da II Coepe, Campus Realeza.....</b>	<b>25</b>
<b>7. Agricultura Familiar, Agroecologia e Segurança Alimentar/Soberania Alimentar.....</b>	<b>26</b>
<b>8. Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.....</b>	<b>37</b>
<b>9. Educação Básica.....</b>	<b>44</b>
<b>10. Educação Popular e Democrática.....</b>	<b>48</b>
<b>11. Gestão Pública e Políticas Públicas.....</b>	<b>52</b>
<b>12. Meio Ambiente, Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar animal.....</b>	<b>58</b>
<b>13. Mobilidade Acadêmica e Internacionalização.....</b>	<b>70</b>
<b>14. Saúde Pública.....</b>	<b>76</b>
<b>15. Direitos Humanos e Cidadania.....</b>	<b>84</b>
<b>16. Consolidação e Expansão.....</b>	<b>93</b>
<b>17. Considerações Finais.....</b>	<b>98</b>

## **A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Sociedade Local/Regional: algumas reflexões pertinentes**

“A Universidade deve se adaptar à sociedade ou a sociedade deve se adaptar à Universidade?”

(Edgar Morin, 1997)

“A Universidade é um lugar de discussão, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”

(José Saramago, 2005)

A epígrafe acima, de Edgar Morin, é provocativa. Suficiente para se organizar um Seminário de Debates com o intuito de percebermos as distintas compreensões em torno da relação Universidade e a Sociedade, tendo como foco de atenção a inserção da UFFS na sociedade local e regional desde que foi criada e colocada em funcionamento a pouco mais de sete anos. De igual modo, a afirmação tecida por José Saramago, sobre o lugar, o papel e os desafios da Universidade (no nosso caso, a UFFS) no século XXI, frente ao mercado da Educação Superior e a diplomação em massa sem haver o devido cuidado com a qualidade e a densidade da formação técnica, científica e humana. Ambas as epígrafes remetem ao objetivo deste texto: trazer algumas reflexões sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul e sua relação com a sociedade local e regional, como subsídio para com os debates finais da II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (II COEPE), realizados nos *Campi* entre os meses de abril e julho de 2017, envolvendo a comunidade acadêmica e a comunidade externa local e regional.

### **O desafio da Universidade Pública**

No ano em que a UFFS foi criada (2009), Alex Fiuza de Mello, Naomar de Almeida Filho e Renato Janine Ribeiro estavam convictos de que o desafio da Universidade Pública brasileira era triplo: a) atingir o padrão de qualidade compatível com as exigências

do mundo contemporâneo e com o estado de evolução e dinamização do conhecimento em todos os seus domínios de manifestação, incorporando os avanços pedagógicos compatíveis; b) aproximar-se da universalidade de acesso, se não para todos os cidadãos que têm direito à educação plena, mas a todos e todas que demonstrem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação; c) desenvolver, com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas, programas sociais relevantes, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais inadiáveis, superando distintas modalidades de exclusão ou carência socialmente estrutural: sanitária, educacional, produtiva, etc.<sup>1</sup>

Ainda que, na UFFS, tenhamos enfrentado de frente esses desafios, é necessário continuar a empreitada. Se conseguimos dar passos largos com relação à universalidade de acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, levando-se em consideração vários fatores (escola pública, renda, ...) e a adoção da política de cotas, há muito o que se discutir, por exemplo, sobre as “exigências do mundo contemporâneo”, a “evolução e dinamização do conhecimento em todos os seus domínios”, “os avanços pedagógicos” e a construção de “programas sociais relevantes” com o propósito de contribuir para a solução de problemas locais, regionais, nacional e internacional, visto que estamos situados em uma região de fronteira. Destacamos a necessidade de avançarmos na formulação de programas (de ensino, pesquisa, extensão e cultura) com foco no social, com garantia de recursos próprios de média e longa duração, seja através de editais de fomento externos ou internos, ou oriundos de parcerias com outras Instituições e Entidades, ou ainda, de empresas (desde que tenham em sua missão o envolvimento com as ações de cunho social). Não se é contra a elaboração de projetos, no entanto, por terem tempo e recursos limitados (e muitas vezes insuficientes por força dos editais de fomento) acabam por iniciar ações de suma importância local e regional que, ao serem finalizados, constam com significativa frequência nos relatórios a menção à necessidade de continuidade do projeto e mesmo o avanço em novas frentes, tendo em vista a descoberta de novos problemas, novos objetos, novas abordagens.

Uma das características da sociedade contemporânea é o papel central do conhecimento e da informação nos processos de produção econômica, bem como o uso competitivo do conhecimento das inovações tecnológicas, no campo e na cidade. Eis outro desafio à Universidade Pública, visto que uma parcela significativa do conhecimento e inovação tecnológica tornado público através de artigos e livros é fruto de pesquisas

---

1 FIUZA DE MELLO, Alex; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. “Por uma Universidade socialmente relevante”. In: ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – PPGE/ME FURB. v. 4, no 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

(básicas e aplicadas) nascidas dentro das Universidades. Se o conhecimento e a inovação tecnológica se tornaram um pilar da riqueza de empresas e instrumento de poder por parte de alguns países, é necessário construirmos políticas e ações visando limitar o uso do conhecimento e das tecnologias produzidas dentro das Universidades como mercadoria sujeito às leis do mercado e aberto à apropriação privada. É necessário, também, estarmos atentos às políticas de Governo que, direta ou indiretamente, caminham para a deterioração e desmantelamento das Universidades Públicas ao serem tratadas pelo Estado como ônus e fator de perturbação da ordem pública, como ocorrido na década de 1990 e no início dos anos 2000. Que a experiência vivida neste passado recente nos sirvam de alerta.

Outra situação que, a algum tempo, tem se apresentado às Universidades (sejam elas públicas, comunitárias e privadas) é a pressão sobre a quantidade e a velocidade para com a produção e aquisição do conhecimento oriundo das reflexões sobre ensino, pesquisa, extensão e cultura, bem como as formas de “avaliação” do quadro docente e técnico via quantificação das publicações de textos acadêmicos na forma de artigos e livros. Ainda que venha a ser uma característica da cultura contemporânea, como frizou David Harvey em *A condição pós-moderna* (1992), essa “compressão espaço-tempo” tem trazido implicações diretas e indiretas à: qualidade/superficialidade das reflexões teóricas, metodológicas e de conteúdo da/na produção acadêmica, bem como a incidência cada vez maior de plágio; à aceitação e adoção de formas de avaliação do quadro docente (quando da publicação de editais internos e externos) tendo como critério apenas a quantificação da produção acadêmica, via *Curriculum Lattes*; a redução de carga horária dos cursos de graduação, para que os docentes possam, sem ferir as legislações e regimentos internos, ministrar aulas em programas de pós-graduação, orientar alunos e bolsistas, atuar em grupos de pesquisa, coordenar ou atuar como revisor ou parecerista em revistas científicas e, ainda, participar de uma dezena de comissões internas destinadas a dar andamento ao trabalho cotidiano da gestão da Universidade Pública; ao surgimento de distintas patologias médicas/psicológicas (oriundos de esgotamento mental e físico) em docentes e servidores técnicos que, por sua vez, afetam ao pleno desenvolvimento das atividades fim e meio das Universidades. Até que ponto a Universidade e a comunidade acadêmica deve ceder a essa “compressão espaço-tempo”? Qual é o limite aceitável?

A absorção da “compressão espaço-tempo” por parte da Universidade Pública, em nosso entender, impõe sério risco à formação técnica e humana de seus discentes, sobretudo, com a qualidade e profundidade que, em tese, se explicita no perfil do egresso

da UFFS. Eis outro desafio que, mesmo caminhando para um diálogo interdisciplinar e com a área das humanidades (Domínios formativos Comum e Conexo), se faz necessário ampliar o diálogo interdisciplinar e transdisciplinar na medida em que os curso de graduação (quer licenciaturas, quer bacharelados) reelaboram seus projetos de cursos de graduação. “A supremacia de um conhecimento fragmentado, segundo as disciplinas, muitas vezes nos incapacita de vincular as partes e o todo, deveria ser substituído por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos nos seus contextos, nas suas complexidades, na sua totalidade”,<sup>2</sup> pondera Edgar Morin ao refletir sobre “pensamento complexo”.

É necessário formar nossos egressos com a plena capacidade de conviver com a mudança, de mudar e de provocá-la, nesse tempo de incerteza/insegurança, resultado direto e indireto da “modernidade líquida” para alguns, da “pós-modernidade” para outros e, ainda, da “cultura e da sociedade do efêmero”, para aqueles que compreendem que vivenciamos mais um estágio da modernidade.

Por fim, outro desafio à Universidade Pública, a partir da experiência da UFFS, está em repensar a escolha dos docentes, quando dos concursos públicos. Não só pelo perfil da área de atuação e campo de conhecimento (e as respectivas fases de classificação e avaliação por uma banca), mas que se leve em consideração o projeto político institucional da UFFS, seus princípios filosóficos e experiência no exercício da docência, sobretudo no ensino superior, como elemento de peso na escolha dos docentes. Existe identidade e empatia entre a formação do docente, a área de atuação e os princípios institucionais? Nesta esteira, também é necessário amadurecer uma política de atração de docentes estrangeiros e professores visitantes para lecionar em cursos de graduação e de pós-graduação. Eis uma ação importante e necessária quando se trata da internacionalização da Universidade Pública.

## **Universidade Pública e Sociedade**

As relações entre Universidade e Sociedade devem estar sempre nas agendas de debates quando dos planejamentos das Universidades Públicas no tocante ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura e à pós-graduação para os próximos anos, quer nos planejamentos plurianuais, quer em eventos em que se propõe fazer reflexões sobre os rumos da Universidade em temas estratégicos. Não há dúvida de que o mundo acadêmico deva envolver-se mais com as questões de ordem social, econômicas, políticas, culturais, mantendo as características que a distinguem como academia. É

---

2 MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez. 2001. p.08

devido a esse envolvimento que, em grande medida, existe o reconhecimento dado pela sociedade aos intelectuais vinculados às Universidades na medida em que se expressam sobre os problemas éticos, culturais e sociais de forma independente e com consciência de suas responsabilidades.

Compreendida como uma “instituição social”, a Universidade (em especial a Universidade Pública) expressa, como apontou Marilena Chauí em seus *Escritos sobre a Universidade*, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, pois, dentro dela encontramos opiniões, projetos e atitudes conflitantes que refletem as diferentes formas de pensar e as contradições da sociedade, seja ela local, regional ou nacional. Já foi o tempo em que a Universidade vivia um mundo à parte da Sociedade, enclausurada em seus muros e de costas para os problemas sociais. Precisamos de uma Universidade Pública participante (e não militante<sup>3</sup>) nos mais distintos aspectos da vida sem perder seu caráter de academia. “A Universidade desejável é uma instituição que tem o dever e também o privilégio de ser capaz de manter-se no ‘fluxo’ das mudanças e, ao mesmo tempo, na ‘vazante’ da reflexão sobre as implicações dessas mudanças e como devem ser dirigidas para um ideal com os desejáveis benefícios de longo prazo”<sup>4</sup>, adverte Carmen Garcia Guadilla, resguardando a ideia de democracia e de democratização do saber.

Arelado a isso está a autonomia intelectual na Universidade que, centenas de anos atrás costumava ser definida pela rejeição da tutela pela Igreja/Religião e pelo Estado. Na atualidade, frente a diminuição de recursos de capital e custeio às Universidades Públicas (como ocorreu num passado recente), a autonomia intelectual tem sido objeto de pressão do ramo empresarial e de instituições financeiras na medida em que, percebendo a precarização do Ensino Superior Público, buscam as Universidades para investirem grandes somas de recursos financeiros em projetos e almejam como contrapartida, direcionar a produção de conhecimentos e tecnologias para seus interesses ou de seus investidores. Há como evitar a aproximação da Universidade Pública às empresas e instituições financeiras? Se não há, qual é o limite dessa relação? Deve, a Universidade Pública, definir quais projetos (levando-se em consideração a função e o alcance social) e com quais empresas e instituições financeiras devem ser amadurecidas e firmadas as parcerias e acordos de cooperação técnico-científica como forma de preservar sua autonomia?

---

3 Por Universidade militante, compreendemos aquela que expressa o modo como uma parte de determinada sociedade pretende que o saber esteja a serviço de determinadas políticas e partidos políticos.

4 GARCIA GUADILLA, Carmen. *Conocimiento, educación superior y sociedad em América Latina*. Caracas: CENDES, Nueva Sociedad, 1996. p. 122.

Dada à relevância e a pertinência da Universidade Pública, pondera Carlos Tünnermann Bernheim, não há dúvidas que a Universidade Pública deve responder às demandas apresentadas pelas empresas e instituições financeiras. No entanto, essas demandas precisam ser “examinadas de uma perspectiva mais ampla, levando em conta os desafios e as demandas que lhe são impostos pela sociedade como um todo”.<sup>5</sup> Cabe à Universidade Pública superar as análises relativas às demandas oriundas de empresas e instituições financeiras pelo viés econômico ou estratégico em termos de alcance social apenas a uma fração da sociedade. É necessário manter o equilíbrio entre as demandas do setor produtivo e aquelas da sociedade como um todo. Mas, na prática, existe equilíbrio entre as distintas demandas? Quem definirá a relevância destas demandas? Terá como ênfase a relevância social, ao invés da relevância econômica ou política? Para que modelo de sociedade?

É necessário refletir com mais densidade sobre o conceito de “relevância social”, pois nos parece ser fundamental para iluminar e ajudar a trilhar caminhos facilitadores para com a relação dialética entre Universidade Pública e Sociedade, Universidade Pública e Empresas/Instituições Financeiras. O fato da UFFS estar situada em três estados e em seis *Campi*, no Sul do Brasil, e, por sua vez, próximo à região de fronteira com a Argentina, faz com que a definição de relevância social (que deve surgir a partir da consulta à comunidade acadêmica e à comunidade local/regional) não venha a ser igual para todos os *Campi* da UFFS. Outro elemento importante a ser avaliado quando da discussão do conceito de relevância social são os cursos de graduação e pós-graduação em funcionamento nos *Campi*, visto que, direta e indiretamente, irão facultar ações mais incisivas em algumas áreas do que em outras e, ao mesmo tempo, de averiguar em que medida, em que tempo e em quais circunstâncias a aproximação a empresas e instituições financeiras será salutar para a Universidade e para a Sociedade local e regional.

O que a sociedade local e regional espera da Universidade Pública? Se espera uma relação dialógica intensa com o objetivo de articular, construir ações e, juntas, agirem no sentido de minimizar os problemas existentes no campo e na cidade. É necessário, no entanto, definir quais são os grandes temas a serem objetos de atenção. Alguns temas estão, de longa data, entre as grandes pautas da Universidade Pública: a erradicação da pobreza, a intolerância, as violências, o analfabetismo, a fome, as doenças e a degradação ambiental, sobretudo mediante uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar. Essas pautas não são responsabilidade apenas da Universidade Pública,

---

5 BERNHEIM, Carlos Tünnermann. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento. Cinco anos depois da Conferência Mundial sobre Educação Superior*. Brasília: Unesco, 2008. p. 20.

mas também de outras dezenas (senão centenas) Instituições e Órgãos governamentais e não governamentais espalhados pelo território nacional, cada qual, com suas ações estratégicas e demandas. Com isso, ressaltamos o necessário e imperioso diálogo coletivo entre a sociedade e a Universidade Pública, empresas e instituições financeiras, órgãos governamentais e não governamentais no sentido de unir esforços para enfrentar os grandes temas que afligem a sociedade, seja na esfera local, regional ou nacional.

### **Por uma avaliação da I Coepe.**

Em 17 de novembro de 2016, no auditório do Bloco de Professores do *Campus Realeza*, foi realizado uma Audiência Pública de avaliação da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, realizada entre os meses de junho a setembro de 2010, durante o primeiro ano de funcionamento da UFFS. O tema gerador da I Coepe era: “Construindo agendas e definindo rumos”, amparado pelos 10 princípios norteadores do PPI da UFFS. Naquele contexto, a I Coepe tinha 5 grandes metas: 1) fazer um debate e amadurecimento dos princípios norteadores do PPI da UFFS; 2) Promover a integração entre os Campi da UFFS; 3) Promover a cultura da participação envolvendo comunidade acadêmica comunidade externa nos debates; 4) Construção coletiva de ideias visando dar subsídios para as Políticas da UFFS voltadas para o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura; 5) Construir caminhos para a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para isso, foram organizados 11 fóruns temáticos:

- Conhecimento, Cultura e Formação Humana;
- História e Memória Regional;
- Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação;
- Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável;
- Energias Renováveis, Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- Desenvolvimento Regional, Tecnologia e Inovação;
- Gestão de Cidades, sustentabilidade e qualidade de vida;
- Políticas e Práticas de promoção da saúde coletiva;
- Educação Básica e Formação de Professores;
- Juventude, Cultura e Trabalho;
- Língua(gem) e Comunicação: interfaces.

Como fruto dos fóruns temáticos, as comissões de sistematização da I Coepe construíram um documento final, aprovado em Plenária Final, em Chapecó, com delegações de todos os campi da UFFS. Neste documento final, foram definidas ações prioritárias para o Ensino de graduação e pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, além de um conjunto de temas a serem objetos de reflexão e pesquisa nos *Campi* da UFFS,

levando-se em consideração as especificidades de cada *Campus* e os cursos de graduação então existentes.

Para o ensino de graduação, em síntese, foram ações prioritárias: 1) Consolidar a graduação na UFFS (construir e aprovar os PPC's; Constituir e ampliar o acervo das bibliotecas; Constituir o Núcleo de Apoio Pedagógico e o Núcleo de Estudos em Docência; Definir Política de Divulgação aos processos seletivos de ingresso; Construir resoluções e compor os colegiados de cursos de graduação; Pensar e implementar os processos de autoavaliação e a Comissão Própria de Avaliação – CPA; Constituir processos de acompanhamento de alunos egressos); 2) Elaborar um Plano de Desenvolvimento da Graduação (Futuros cursos de graduação e Colégios de Aplicação); 3) Valorizar as carreiras do Magistério; 4) Formar profissionais oriundos de grupos específicos (Camponeses, Assentados e Indígenas); 5) Criar e implementar políticas de acesso e permanência; 6) Fortalecer o trabalho com temas interdisciplinares (Agroecologia, Cidadania, Diversidade, Gênero, Etnia, Movimentos e Lutas Sociais, entre outros); 7) Buscar condições de infraestrutura de funcionamento da graduação (Blocos de salas de aula; Laboratórios didáticos; Bloco Administrativo; Restaurante Universitário; Cantina, Reprografia); 8) Promover intercâmbio com outras Universidades, dentro e fora do Brasil.

Para o ensino de pós-graduação, foram ações prioritárias: 1) Definir as políticas e as diretrizes da Pós-Graduação; 2) Definir áreas prioritárias para a implantação dos programas *Stricto Sensu* (implantar Grupos de Trabalho; fomentar grupos de pesquisas – Agroecologia, Ciências Humanas, Cooperativismo, Desenvolvimento Regional, Educação, Ensino de Ciências, Segurança Alimentar); 3) Realizar convênios e parcerias; 4) Definir áreas prioritárias para a implantação dos programas *Lato-Sensu* – Agroecologia, Cooperativismo, Desenvolvimento Regional, Educação do Campo, Gestão Escolar, Gestão Pública; Meio Ambiente; Educação Especial; Produção de Leite Agroecológico; Nutrição e Saúde).

Foram, em síntese, ações prioritárias para a Pesquisa: 1) Definir as políticas e as diretrizes da Pesquisa na UFFS; 2) Estruturar a Pesquisa (Criar o Comitê Assessor de Pesquisa; Criar o Comitê de Ética em Pesquisa; Estruturar os Laboratórios); 3) Fomentar e oficializar os grupos de pesquisas; 4) Potencializar a formação de pesquisadores; 5) Promover a Pesquisa (Editais de Projetos de Pesquisa, Iniciação Científica, Seminários de Pesquisa, Convênios); 6) Assegurar a divulgação dos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas da UFFS (Eventos científicos, Editora, Publicação de Artigos).

Foram, em síntese, ações prioritárias para a Extensão: 1) Definir as políticas e diretrizes da Extensão na UFFS; 2) Assegurar a extensão (Bolsas de Extensão a estudantes); 3) Firmar convênios e parcerias; 4) Divulgar as ações de extensão desenvolvidas pela UFFS (Simpósios, Seminários, Editora); 5) Definir áreas e linhas prioritárias de extensão na UFFS (Educação Básica, Produção de Materiais didáticos, Arte, Coral, Teatro, Dança, Leitura, Empresa Júnior, Memória Regional, Línguas, Agropecuária, Agricultura Familiar, Cidadania.)

Entre 2010 e 2016, o que se efetivou das ações prioritárias destacadas acima, com relação à UFFS e o Campus Realeza? Com base no “Documento de Referência” (contendo indicadores das políticas e processos de desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na UFFS, entre 2010 e 2016) e do Relatório de Gestão Pró-Tempore (2009-2015), apresentamos a seguir um conjunto de informações no formato de tabelas e gráficos que, em síntese, traduzem as ações efetivadas na UFFS e no Campus Realeza. Tais dados foram apresentados na Audiência Pública de avaliação da I Coepe, no Campus Realeza. O conjunto desses dados abrem possibilidades de compreender e refletir sobre as ações desenvolvidas.

#### A UFFS E O CAMPUS REALEZA, EM NÚMEROS – GRADUAÇÃO

Campus	vagas							total de vagas ofertadas
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Chapecó	900	879	863	845	855	740	780	5862
Laranjeiras do Sul	260	267	282	320	320	380	380	2209
Realeza	270	278	270	220	220	220	220	1698
Cerro Largo	330	336	345	300	300	300	300	2211
Erechim	400	400	400	510	575	580	460	3325
Passo Fundo	0	0	0	40	40	40	62	182
Total UFFS	2160	2160	2160	2235	2310	2260	2202	15487

Curso	vagas							total de vagas ofertadas
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Ciências Biológicas	0	0	0	40	40	40	40	160
Ciências Naturais	150	150	150	0	0	0	0	450
Física	0	0	0	30	30	30	30	120
Letras	30	34	30	30	30	30	30	214
Med. Veterinaria	50	50	50	50	50	50	50	350
Nutrição	40	44	40	40	40	40	40	284
Química	0	0	0	30	30	30	30	120
Total Campus	270	278	270	220	220	220	220	1698

Curso	Alunos concluintes ano/semestre							total de alunos
	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	
Ciências Biológicas	0	0	0	11	8	6		25
Ciências Naturais	1	5	3	2	1	0		12
Física	0	0	0	1	4	1		6
Letras	0	0	15	2	14	1		32
Med. Veterinaria	0	0	0	17	0	28		45
Nutrição	0	0	24	0	24	5		53
Química	0	0	0	1	3	10		14
Total Campus	1	5	42	34	54	51		187

Situação dos discentes 2016		
Matricula ativa	Trancado	total
189	4	193
0	0	0
75	1	76
113	8	121
260	5	265
151	2	153
108	6	114
896	26	922

Campus	Quantidade de estágios na UFFS/Campus											
	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Obrig	Não Obr	Obrig	Não Obr	Obrig	Não Obr	Obrig	Não Obr	Obrig	Não Obr	Obrig	Não Obr
Chapecó	0	0	0	66	89	124	341	187	613	240	1022	230
Laranjeiras do Sul	0	0	0	0	30	6	71	11	103	23	220	22
Realeza	0	13	0	22	247	13	195	10	303	5	349	13
Cerro Largo	0	0	0	4	118	6	115	25	395	18	395	20
Erechim	0	1	0	2	106	26	284	49	222	127	492	89
Passo Fundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total UFFS	0	14	0	94	590	172	1006	282	1636	413	2478	374

Campus	Quantidade de Monitorias na UFFS/Campus										total Monitoria campus
	2012		2013		2014		2015		2016.1		
	Rem	Não Re	Rem	Não Re	Rem	Não Re	Rem	Não Re	Rem	Não Re	
Chapecó	20	4	28	6	35	24	25	11	24	19	196
Laranjeiras do Sul	6	5	9	5	17	17	11	20	12	23	125
Realeza	6	2	9	11	14	20	13	11	12	19	117
Cerro Largo	7	1	13	4	18	12	16	16	14	19	120
Erechim	13	4	11	11	22	23	18	22	16	31	171
Passo Fundo	0	0	0	0	3	6	2	5	2	7	25
Total UFFS	68		107		211		170		198		754

Campus	Estudantes indígenas matriculados								total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Chapecó	0	1	0	5	4	24	26	60	
Laranjeiras do Sul	2	2	0	13	12	109	52	190	
Realeza	0	1	0	0	0	1	7	9	
Cerro Largo	1	0	0	0	1	3	11	16	
Erechim	0	0	1	4	30	120	73	228	
Passo Fundo	0	0	0	1	0	0	0	1	
Total UFFS	3	4	1	23	47	257	142	504	

Curso	Situação dos discentes 2016			total de vagas ofertadas	alunos concluintes	Evasão e retenção	Observação:
	Matricula ativa	Trancado	total				
Ciências Biológicas	189	4	193	160	25	8 (+)	Retenção – alunos de Ciências Naturais ou de outros cursos
Ciências Naturais	0	0	0	450	12	0	Alunos migraram para outros cursos
Física	75	1	76	120	6	38	evasão
Letras	113	8	121	214	32	61	evasão
Med. Veterinária	260	5	265	350	45	40	evasão
Nutrição	151	2	153	284	53	78	evasão
Química	108	6	114	120	14	8 (+)	Retenção – alunos de Ciências Naturais ou de outros cursos
Total Campus	896	26	922	1698	187	201	

Campus	Estudantes contemplados com Auxílio Financeiro				total
	2013	2014	2015	2016.1	
Chapecó	412	696	584	85	1777
Laranjeiras do Sul	438	499	125		1062
Realeza	172	328	236		736
Cerro Largo	100	195	29		324
Erechim	517	790	608		1915
Passo Fundo	0	0	0		0
Total UFFS	1639	2508	1582	85	5814

Deficiências	Alunos	TAE's	docentes	TOTAL
Cegueira	2	0	0	2
Baixa Visão	11	6	0	17
Surdez	2		1	3
Baixa audição	8	0	1	9
Física	12	6	2	20
Cadeirante	2	0	0	2
Outras	8			8
TOTAL	45	12	5	63

UFFS	
Faixa etária	Nº de alunos
16 a 20	2697
21 a 25	3214
26 a 30	1040
31 a 35	457
36 a 40	249
41 a 45	145
46 a 50	79
51 a 55	41
55 a 60	22
mais de 60	12
Total	7956

Biblioteca Campus Realeza	2010		2011		2012		2013		2014		total	
	Títulos	exemplares	Títulos	exemplares	Títulos	exemplares	Títulos	exemplares	Títulos	exemplares	Títulos	exemplares
Aquisição de Livros	194	1960	596	3206	776	4528	307	884	333	1388	2206	11966
Empréstimos + renovação	sem dados do pergamum		6367		12144		23774		27230		69515	
Empréstimos de Notebook	sem dados do pergamum		219		559		1075		1050		2903	

## AS POLÍTICAS VOLTADAS À GRADUAÇÃO

- Política de ingresso na UFFS. Até 2012, via processo vestibular próprio. Em 2013, adesão ao SISU/MEC via Enem. Reserva de vagas (L1, L2, L3, L4, A1, AC) – res.nº 006/2012- Consuni/CGRAD

- Política de transferência interna, retorno de aluno abandono, transferencia de externos e retorno de graduado;
- Processos seletivos especiais para cursos de graduação (PRO-Haiti e Indígenas). Res. nº 32 e 33/2013 – consuni;
- Convênios para oferta de cursos de graduação a públicos específicos (Agronomia, História, Educação do Campo,...) junto ao MEC, ITERRA,
- Política de Estágios remunerados e não remunerados;
- Política de monitorias acadêmicas;
- Política de Acessibilidade;
- Política de Auxílio Estudantil, em conjunto com a Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis;
- Implantação do NED, LIFE, Prodocência,PET, PIBID, Comfor.

## A UFFS E O CAMPUS REALEZA, EM NÚMEROS – PÓS-GRADUAÇÃO

<b>Cursos de Lato Sensu na UFFS</b>	<b>Campus</b>	<b>Ano de ingresso</b>	<b>vagas</b>	<b>concluintes</b>
Interdisciplinaridade e práticas pedagógicas na Educação Básica	Cerro Largo	2011	35	18
Desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar	Cerro Largo	2011	30	13
Orientação educacional (1 ed)	Cerro Largo	2012	35	32
Ensino de Ciências e matemática	Cerro Largo	2012	25	14
Linguagem e ensino	Cerro Largo	2014	35	13
Orientação educacional (2 ed)	Cerro Largo	2015	35	
Educação Integral	Erechim	2011	50	45
História da Ciência	Erechim	2011	30	18
Processos pedagógicos na Educação Básica	Erechim	2012	35	25
Epistemologia e Metafísica	Erechim	2013	35	17
Teorias Linguísticas Contemporâneas	Erechim	2013	30	14
Gestão Escolar	Erechim	2016	50	
Gênero e Diversidade na Escola	Erechim	2015	50	
Educação Integral	Chapecó	2011	50	36
Literaturas do Cone Sul	Chapecó	2011	35	9
História Regional	Chapecó	2011	35	24
Saúde Coletiva	Chapecó	2011	30	27
Educação do Campo com ênfase à realidade brasileira	Chapecó	2015	50	
Docência na escola de tempo integral	Chapecó	2015	50	
Educação em Direitos Humanos	Chapecó	2015	50	
Gestão Escolar da Educação Básica	Chapecó	2015	50	
Segurança Alimentar e Nutricional	Realeza	2013	40	14
Ensino de Língua e Literatura	Realeza	2013	35	17
Direitos Humanos	Realeza	2016	35	
Educação em Ciências e Sociedade	Realeza	2017	30	
Educação de Tempo Integral	Laranjeiras do Sul	2012	50	22
Produção de Leite Agroecológico	Laranjeiras do Sul	2013	50	30
Educação do Campo	Laranjeiras do Sul	2016	50	
Educação de Tempo Integral	Laranjeiras do Sul	2015	50	

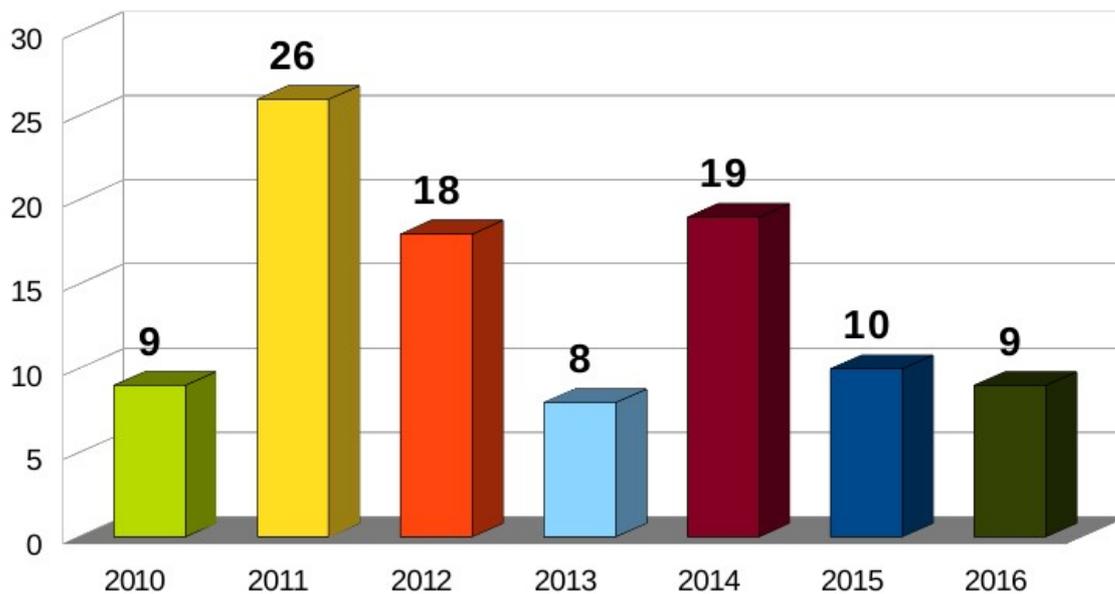
<b>Cursos de Stricto Sensu na UFFS</b>	<b>Campus</b>	<b>turmas</b>	<b>inscritos</b>	<b>matriculas ativas</b>	<b>Diplomados</b>
Pós-Graduação em Estudos Linguísticos	Chapecó	5	330	29	37
Pós-Graduação em Educação	Chapecó	4	918	63	16
Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável	Laranjeiras do Sul	3	228	59	0
Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental	Erechim	3	373	52	7
Pós-Graduação em Matemática em rede Nacional (ProfMat)	Chapecó	2	0	29	0
Pós-Graduação profissional em Educação	Erechim	2	358	38	0
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas	Erechim	2	268	40	0
Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas	Cerro Largo	2	391	30	0
Pós-Graduação em História	Chapecó	1	56	15	0
Pós-Graduação em Tecnologia de Alimentos	Laranjeiras do Sul	1	110	17	0
Pós-Graduação em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis	Cerro Largo	1	117	15	0
Pós-Graduação em Saúde, Bem-Estar e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul	Realeza	0	0	0	0
Dinter – Educação Científica e Tecnológica	Chapecó				
Dinter – Arquitetura	Erechim				
Residência Multiprofissional	Chapecó			6	0
Residências Médicas	Passo Fundo			274	126
Residências Médicas	Chapecó			36	3

## POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

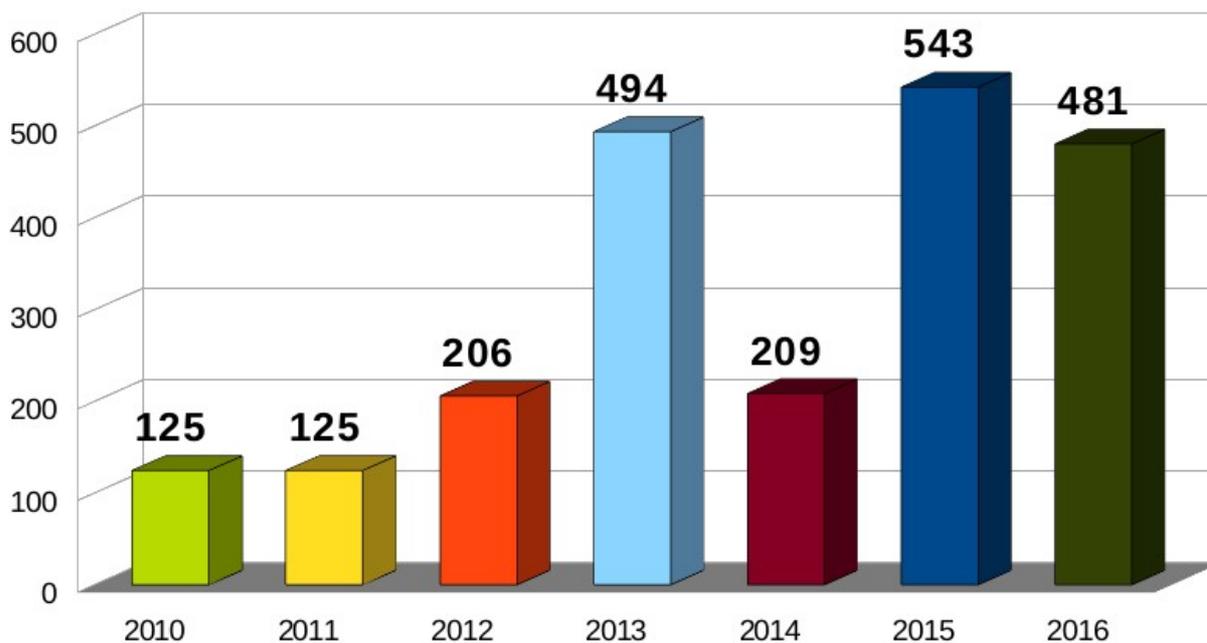
- Política de Pós-Graduação (Resolução nº 7/2013-CONSUNI/CPPG);
- Regulamento da Pós-Graduação (Resolução nº 2/2012-CONSUNI/CPPG);
- Participação de servidores da UFFS em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu mantidos por outras Instituições de Ensino Superior (Resolução nº 2/2013-CONSUNI/CPPG);
- Regulamento de afastamento para capacitação docente em nível de pós-graduação (Resolução Conjunta nº 1/2014-CONSUNI/CGRAD/CPPG);
- Processo de criação, acompanhamento e avaliação dos Grupos de Trabalho da Pós-Graduação da UFFS (Resolução nº 3/2014-CONSUNI/CPPG);
- Institucionalização da Residência Médica e da Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFFS (Resolução nº 10/2014-CONSUNI/CPPG);
- Programas de Residência Médica e Regimento da COREME (Resolução nº 12/2014-CONSUNI/CPPG).

## A UFFS E O CAMPUS REALEZA, EM NÚMEROS – PESQUISA

**Gráfico 14: Grupos de Pesquisa da UFFS certificados, por ano de criação.**



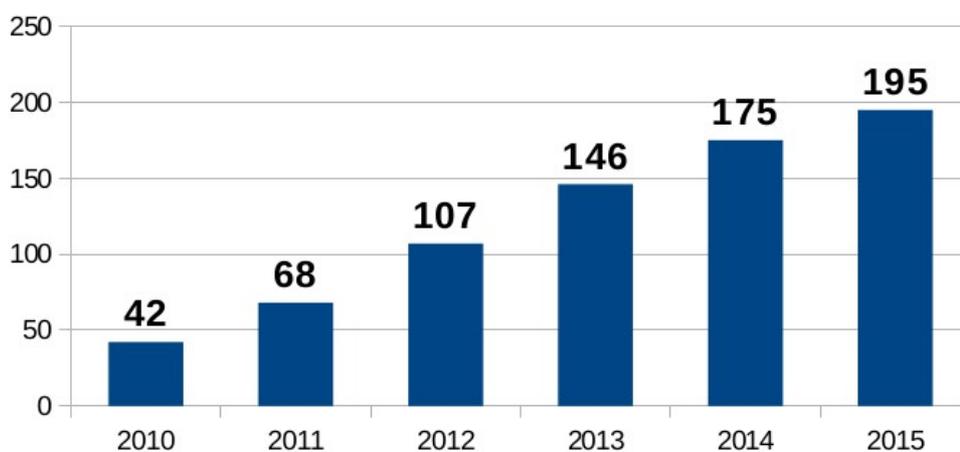
**Gráfico 15: Projetos de Pesquisa institucionalizados, por ano.**



Fonte: Divisão de Pesquisa e Inovação/DPE/PROPEPG/2015.

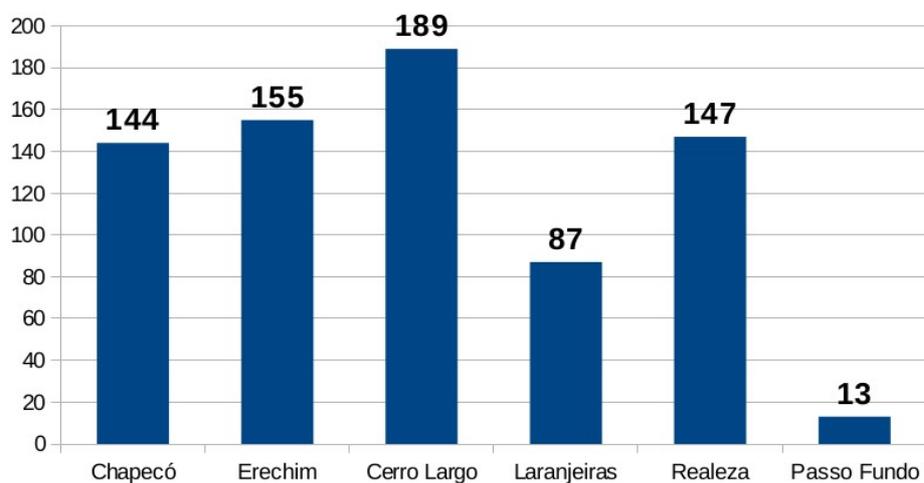
Campus	Bolsas de Iniciação Científica por Campus (2011-2016)						total por campus
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Chapecó	50	68	43	35	53	47	296
Laranjeiras do Sul	12	19	13	14	26	11	95
Realeza	10	22	18	20	38	8	116
Cerro Largo	30	35	31	44	67	58	265
Erechim	23	62	44	53	48	38	268
Passo Fundo	0	0	0	1	2	1	4
Total UFFS	125	206	149	167	234	163	1044

**Gráfico 16: Estudantes Voluntários em Projetos de Pesquisa, por ano.**



Fonte: Divisão de Pesquisa e Inovação/DPE/PROPEPG/2015.

**Gráfico 17: Estudantes Voluntários em Projetos de Pesquisa, total por campus (2010-2016).**



Fonte: Divisão de Pesquisa e Inovação/DPE/PROPEPG/2015.

## POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

- Política de Pesquisa (Resolução no 6/2013-CONSUNI/CPPG);
- Regulamento da Pesquisa (Resolução no 1/2013-CONSUNI/CPPG);
- Apoio institucional à participação de docentes em eventos científicos (Resolução no 4/2012-CONSUNI/CPPG);
- Auxílio financeiro à participação de estudantes em eventos científicos (Resolução no 3/2013-CONSUNI/CPPG);
- Regimento Interno da CEUA/UFS (Resolução no 3/2012-CONSUNI/CPPG);
- Regimento Interno do CEP/UFS (Resolução no 3/2015-CONSUNI/CPPG);
- Regulamento das atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes da UFS (Resolução no 5/2013-CONSUNI/CPPG);
- Política de Periódicos Científicos da UFS (Resolução no 5/2014-CONSUNI/CPPG);
- Regulamento do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFS (Resolução no 6/2014-CONSUNI/CPPG);
- Projeto de criação da Editora UFS (Resolução no 4/2013-CONSUNI/CPPG);
- Política de Inovação da UFS (Resolução no 9/2014-CONSUNI/CPPG).

## A UFFS E O CAMPUS REALEZA, EM NÚMEROS – EXTENSÃO E CULTURA

Campus	Projetos e programas de extensão na UFFS							total por campus
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Chapecó	11	55	61	48	57	74	72	378
Laranjeiras do Sul	6	15	21	14	30	52	46	184
Realeza	3	28	34	40	37	38	27	207
Cerro Largo	7	23	22	35	38	45	36	206
Erechim	10	31	34	32	42	54	45	248
Passo Fundo	0	0	0	0	0	9	8	17
Multicampi	1	4	8	7	9	4	4	37
<b>Total UFFS</b>	<b>38</b>	<b>156</b>	<b>180</b>	<b>176</b>	<b>213</b>	<b>276</b>	<b>238</b>	<b>1277</b>

Número de Bolsistas de Extensão/Ano – UFFS (2010 a 2016)						
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
0	96	184	210	152	179	158

Campus	Projetos de Bolsa Cultura via editais – UFFS				total de projetos por campus	total de recursos por campus
	2013	2014	2015	2016		
Chapecó	4	3	2	4	13	R\$ 62.800,00
Laranjeiras do Sul	2	2	6	4	14	R\$ 102.000,00
Realeza	2	5	4	3	14	R\$ 124.000,00
Cerro Largo	2	2	1	4	9	R\$ 51.600,00
Erechim	4	4	8	3	19	R\$ 174.800,00
Passo Fundo	0	2	1	2	5	R\$ 40.000,00
Recurso empenhado	R\$ 140.000,00	R\$ 168.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ 51.200,00		R\$ 555.200,00
<b>Total UFFS</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>20</b>		<b>74</b>

### VALOR EM BOLSAS DE EXTENSÃO (RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS)

	Chapecó	Laranjeiras do Sul	Realeza	Cerro Largo	Erechim	Passo Fundo	Total
2011	R\$ 82.800,00	R\$ 18.000,00	R\$ 57.600,00	R\$ 36.000,00	R\$ 54.000,00	-	R\$ 248.400,00
2012	R\$ 157.920,00	R\$ 97.760,00	R\$ 150.400,00	R\$ 63.920,00	R\$ 120.320,00	-	R\$ 590.320,00
2013	R\$ 166.800,00	R\$ 104.400,00	R\$ 251.200,00	R\$ 123.200,00	R\$ 107.600,00	-	R\$ 753.200,00
2014	R\$ 187.200,00	R\$ 168.000,00	R\$ 244.800,00	R\$ 196.800,00	R\$ 182.400,00	R\$ 48.000,00	R\$ 1.027.200,00
2015 <sup>1</sup>	R\$ 104.000,00	R\$ 180.800,00	R\$ 94.400,00	R\$ 142.400,00	R\$ 80.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 609.600,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 698.720,00</b>	<b>R\$ 568.960,00</b>	<b>R\$ 798.400,00</b>	<b>R\$ 562.320,00</b>	<b>R\$ 544.320,00</b>	<b>R\$ 56.000,00</b>	<b>R\$ 3.228.720,00</b>

<sup>1</sup> Projeção / Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

## TÉCNICOS, ALUNOS VOLUNTÁRIOS E PARCEIROS ENVOLVIDOS COM EXTENSÃO POR ANO

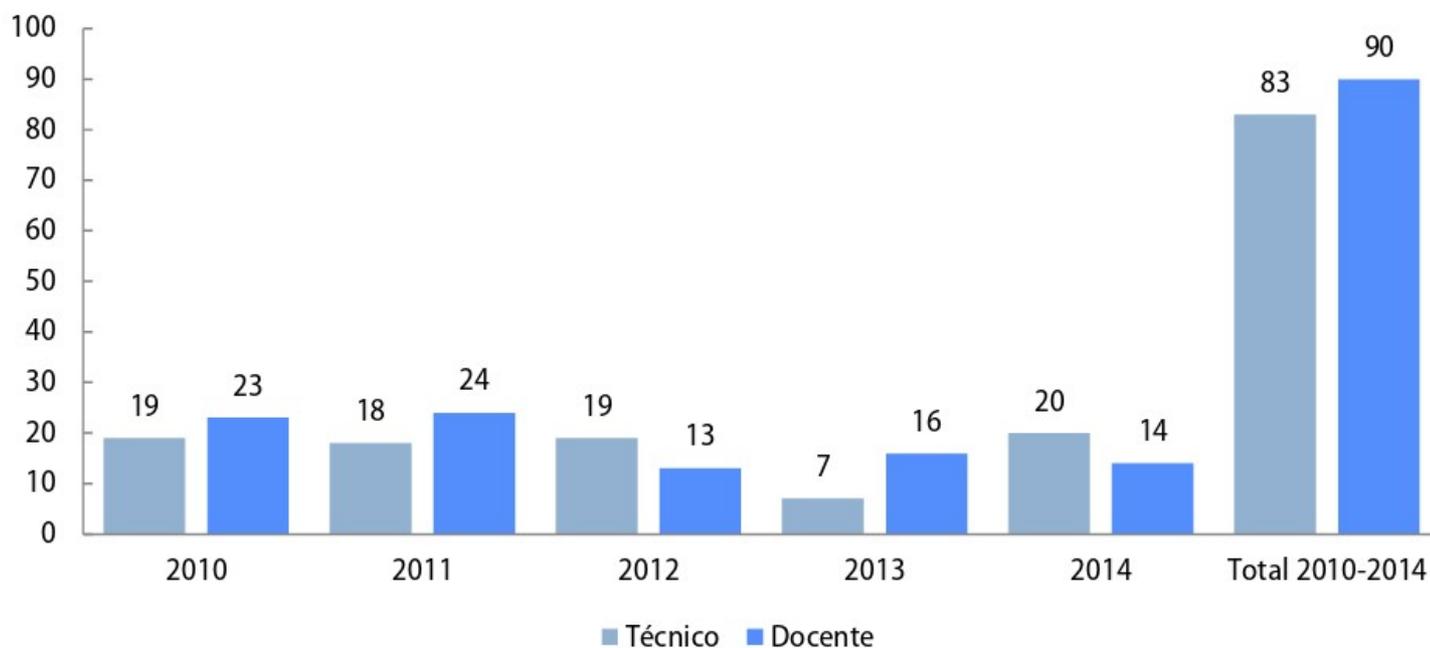
	Técnicos	Alunos Voluntários	Parceiros
2010	86	103	22
2011	90	257	78
2012	141	345	120
2013	91	321	94
2014	109	500	130
2015 <sup>1</sup>	50	250	100

<sup>1</sup> Projeção até julho de 2015 / Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

## POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO E CULTURA

- Política de Extensão da UFFS;
- Regulamento da Extensão da UFFS;
- Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas da UFFS;
- Catálogo da Extensão 2010-2014;
- Instrução Normativa nº 01/PROEC/2014 – Institucionalização dos Eventos;
- Instrumento de Avaliação da Extensão e Cultura (em elaboração);
- Política de Cultura da UFFS;

## SERVIDORES INGRESSANTES POR ANO – CAMPUS REALEZA (PR)



## CAMPUS REALEZA

		Área	Valor
Obras Concluídas	Bloco A	4.925,06 m <sup>2</sup>	R\$ 6.313.345,98
	Laboratórios Didáticos – 3 pavilhões	Área total de 3.451,53m <sup>2</sup> , sendo 1.150,51 m <sup>2</sup> cada pavilhão	R\$ 7.965.344,21
	Bloco de Salas de Professores	2.522,74 m <sup>2</sup>	R\$ 4.212.227,14
	Restaurante Universitário	2.328,28 m <sup>2</sup>	R\$ 4.222.189,30
	Galpão de Maquinário Agrícola	515,37 m <sup>2</sup>	R\$ 256.804,51
	Infraestrutura: rede elétrica e Telecom, terraplenagem, drenagem pluvial e sub-base das vias	73.295,00 m <sup>2</sup> de intervenção	R\$ 1.724.647,47
Obras em Execução	Complexo Veterinário Hospital Universitário	5.143,59 m <sup>2</sup>	R\$ 18.971.933,64
	Almoxarifado – Central de Reagentes	106,25 m <sup>2</sup>	R\$ 248.620,09
Total			R\$ 43.915.112,34

Fonte: Secretaria Especial de Obras (SEO)/UFFS 2014.

## INVESTIMENTOS EM MATERIAIS DE LABORATÓRIO

	2010-2012		2013		2014		Todo o período (2010-2014)	
	Custeio <sup>1</sup>	Permanente <sup>2</sup>	Custeio	Permanente	Custeio	Permanente	Custeio	Permanente
Cerro Largo	787.212,96	2.376.173,28	595.329,51	4.249.265,59	311.509,27	530.035,40	1.694.051,74	7.155.474,27
Chapecó	932.555,80	3.082.561,45	509.577,30	3.046.310,12	177.377,29	540.082,28	1.619.510,39	6.668.953,85
Erechim	417.397,50	2.362.320,82	157.795,85	2.528.027,37	234.316,21	512.755,64	809.509,56	5.403.103,83
Laranjeiras do Sul	1.179.338,22	3.154.735,70	357.606,34	3.282.329,91	234.156,22	530.543,10	1.771.100,78	6.967.608,71
Passo Fundo	-	622.949,58	684.119,29	636.435,89	213.740,37	145.601,65	897.859,66	1.404.987,12
Realeza	803.129,22	2.368.757,28	800.746,30	2.278.522,79	335.517,83	827.939,05	1.939.393,35	5.475.219,12
Total	4.119.633,70	13.967.498,11	3.105.174,59	16.020.891,67	1.506.617,19	3.086.957,12	8.731.425,48	33.075.346,90

<sup>1</sup> Representam os investimentos em materiais de consumo (majoritariamente) e na contratação de serviços (coleta de resíduos, manutenção de equipamentos e funcionários terceirizados para manutenção das áreas experimentais).

<sup>2</sup> Representam os investimentos em equipamentos (majoritariamente) e em mobília (armários, banquetas, cadeiras e bancadas móveis).

Fonte: Secretaria Especial de Laboratórios da UFFS (SELAB).

## **Considerações oriundas da Audiência Pública de avaliação da I Coepe:**

A partir das planilhas, tabelas, gráficos e documentos institucionais (Resoluções, Regulamentos, Políticas, Regimentos, Editais) apresentados, ainda que de maneira breve e sucinta, é possível perceber que a UFFS e seus *Campi*, em seus sete anos de existência, deram cabo à quase todas as ações prioritárias apontadas no documento final da I Coepe. Houve um esforço gigantesco para se ter, hoje, uma estrutura mínima nos *Campi* e Reitoria visando dar conta das atividades fim e meio da UFFS. Fruto de obra coletiva: docentes, técnicos, discentes, terceirizados, comunidade regional.

No entanto, durante a Audiência Pública de avaliação da I Coepe, apontou-se que alguns temas carecem de maior debate, seguido de proposição de ações. Referimo-nos aos altos índices de evasão nos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato-Sensu* que, mesmo com as políticas de permanência e auxílios estudantis oferecidos pela UFFS, têm dado resultados insatisfatórios. Tema este, debatido durante os seminários da 1ª Conferência das Licenciaturas da UFFS, entre os anos 2015 e 2016. Grupos de Estudos tem mostrado que os motivos alegados pelos discentes para a desistência ou trancamento de matrículas, estão ligados a motivos externos à UFFS, tais como questões familiares e de trabalho. Há, também, motivos internos, como: o desencanto com o curso escolhido, a dificuldade em acompanhar as aulas e a reprovação em componentes curriculares.

Também foi objeto de atenção e diálogo na Audiência Pública o perfil dos concursos públicos docentes. Sugere-se repensar (ou incluir) critérios dos concursos docentes com o objetivo de atrair e aprovar os candidatos que estejam em sintonia com a Missão Institucional da UFFS e o perfil dos cursos de graduação e pós-graduação que irão atuar, bem como o desenvolvimento de Pesquisa e Extensão demandados pela UFFS e pela Comunidade Regional (e não de interesse apenas do docente e sua área de atuação enquanto professor/pesquisador). Atrelado a isso, estão as constantes solicitações de remoção e redistribuição de servidores docentes e técnicos, que, direta e indiretamente, influenciam negativamente no desenvolvimento de atividades cotidianas dos *Campi* e dos cursos de graduação, bem como o de atividades de pesquisa, extensão, cultura de temas e problemas regionais.

Não menos importante, ainda que debatido de forma rápida, foi a preocupação manifestada em torno da identidade do *Campus* Realeza e sua relação com a proposição de novos cursos de graduação e pós-graduação. Educação e Saúde Pública, como já

apontado na I Coepe, ainda não se fortaleceu como referencial identitário. É necessário envolvimento dos cursos de licenciaturas e bacharelados para com ambas as frentes de atuação, sabendo que não se terá fôlego para dar grandes passos tendo em vista o enxuto quadro de servidores, a infraestrutura e as limitações orçamentárias disponibilizadas ao *Campus*, que apenas dão conta de mantê-lo em funcionamento.

Na parte final da Audiência Pública, foram apresentadas as propostas de Fóruns Temáticos, previamente definidos na Resolução que orienta a II Coepe, que são:

- Agricultura familiar e agroecologia;
- Consolidação e expansão;
- Direitos Humanos e Cidadania;
- Educação Básica;
- Educação Popular e democrática;
- Inclusão e ações afirmativas;
- Integração acadêmica, currículo e interdisciplinaridade;
- Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- Mobilidade acadêmica e internacionalização;
- Saúde Pública;
- Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.

O público presente acolheu as onze propostas de Fóruns Temáticos, com ajustes de inclusão de termos e conceitos em alguns eixos, bem como a inclusão de mais um Fórum Temático. A plenária definiu e aprovou a realização dos seguintes eixos temáticos:

- Agricultura familiar, agroecologia e segurança/soberania alimentar;
- Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social;
- Educação Básica;
- Educação Popular e Democrática;
- Gestão Pública e Políticas Públicas;
- Integração Acadêmica, currículo e Interdisciplinaridade;
- Meio Ambiente e sustentabilidade, saúde e bem-estar animal;
- Mobilidade Acadêmica e Internacionalização;
- Saúde Pública;
- Direitos Humanos e Cidadania;
- Inclusão e ações afirmativas;
- Consolidação e expansão.

A coordenação dos Fóruns Temáticos, a definição de datas, a escolha dos relatores e a composição das mesas de debates ficou a ser definido pela Comissão Organizadora Local da II Coepe, em diálogo com servidores docentes e técnicos do Campus Realeza, devendo ocorrer entre os meses de abril e julho de 2017.



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## Convite

O diretor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Realeza, prof. Antonio Marcos Myskiw, convida os docentes, discentes, técnicos-administrativos em Educação e a comunidade regional para participar dos fóruns temáticos da II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (II COEPE).

Os fóruns temáticos ocorrerão entre os meses de abril a julho de 2017, sob coordenação de docentes do Campus Realeza e a presença de pesquisadores da UFFS, de outras universidades públicas e privadas, entidades e órgãos não governamentais, tendo como meta debater as temáticas (voltando-se para a região Sudoeste do Paraná) e propor ações que venham a contribuir para a implementação de medidas efetivas para modificar os cenários apresentados, via Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Pós-Graduação.

A II COEPE, por meio dos fóruns temáticos, configura-se em mais um espaço de participação da comunidade acadêmica e regional na definição de políticas, diretrizes e ações que, por sua vez, orientarão os planejamentos institucionais da UFFS e o planejamento do Campus Realeza para os próximos anos.

### Programação dos fóruns temáticos

#### **Agricultura Familiar, Agroecologia e Segurança/Soberania Alimentar**

Data: 20 de abril de 2017 – 13h30 às 17h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dra. Rozane Marcia Triches

#### **Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar Animal**

Data: 5 de junho de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dra. Denise Maria de Souza Mello

#### **Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social**

Data: 3 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dr. Ademir Freddo

#### **Mobilidade Acadêmica e Internacionalização**

Data: 13 de junho de 2017 – 19h às 22h0

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dra. Gisele Louro Peres

#### **Educação Básica**

Data: 12 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dr. Ronaldo Gimenez Garcia

#### **Saúde Pública**

Data: 19 de junho de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dra. Karina Starikoff

#### **Educação Popular e Democrática**

Data: 18 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw

#### **Direitos Humanos e Cidadania**

Data: 26 de junho de 2017 – 13h30 às 17h30

Local: Auditório Bloco de Professores

Coord.: Prof. Dr. Marcos Antonio Beal

#### **Gestão Pública e Políticas Públicas**

Data: 24 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw

#### **Inclusão e Ações Afirmativas**

Data: 4 de julho de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dra. Cristiane de Quadros

#### **Integração Acadêmica, Currículo e Interdisciplinaridade**

Data: 2 de junho de 2017 – 13h30 às 17h30

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dra. Sabrina Casagrande

#### **Consolidação e Expansão**

Data: 5 de julho de 2017 – 13h30 às 17h30

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dr. Marcos Antonio Beal



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza

## **Agricultura Familiar, Agroecologia e Segurança/Soberania Alimentar**

Data: 20 de abril de 2017 – 13h30 às 17h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dra. Rozane Marcia Triches



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

<i>Campus: Realeza</i>
Fórum temático: Agricultura Familiar, Agroecologia e Soberania/Segurança Alimentar
Coordenador: Rozane Marcia Triches e Fabiana Elias
Relatores: Elister L.B.B. Fanin e Bruno da Rocha Nunes

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: Márcio Gazolla Entidade: UTFPR	Agricultura Familiar Segurança e Soberania Alimentar	<ul style="list-style-type: none"><li>- estudos sobre economia rural, com o intuito de verificar quais são as áreas mais viáveis ao produtor;</li><li>- refundação em áreas não-tradicionais da agricultura familiar, como agroturismo, diversificação, gestão do espaço da paisagem, etc.;</li><li>- mostrar através da pesquisa que há heterogeneidade e diversidade cultural na agricultura;</li><li>- estudos sobre as especificidades e políticas públicas melhor desenhadas;</li><li>- pesquisar estratégias de diversificação, migração, integração agroindustrial, etc.;</li><li>- construir e discutir novos mercados e mercados mais autônomos para os produtores, como, por exemplo, as cadeias curtas representadas pelos mercados institucionais – PNAE, PAA e pelas feiras e vendas diretas ao consumidor;</li></ul>

- como a AF pode produzir alimentos com maiores níveis de sustentabilidade ambiental. Isso poderá auxiliar o produtor na sua valorização pela sociedade. Como fechamento do primeiro tema da apresentação Gazolla, aponta que se faz pesquisas, porém falta extensão. Que há necessidade da valorização da identidade cultural da agricultura familiar. E que é preciso manter e aprofundar as conquistas históricas já realizadas em relação as políticas públicas e ao papel do Estado. Tanto na extensão, ensino, como na luta política.

Em seguida, Gazolla fez suas considerações a respeito da Segurança Alimentar, pontuando questões como: Como gerar desenvolvimento alimentar uma população de 9 bilhões de pessoas (2050) preservando os recursos naturais? Alimentação x recurso natural – questão mundial.

- o desafio de alimentar bilhões de pessoas preservando os recursos naturais;
- a escassez de cursos de graduação e pós-graduação que estudem o sistema agroalimentar do Brasil e do mundo, visto que a maioria estuda, apenas, alguns eixos deles;
- a utilização massiva de agrotóxicos;
- a perda da biodiversidade dos alimentos que consumimos;
- a exploração dos agricultores familiares pelas grandes multinacionais do ramo alimentício;
- a questão dos Food Miles, ou seja, as milhas dos alimentos, que representam o custo logístico do transporte dos alimentos e, também, o consumo de combustíveis que essa prática demanda;
- o desperdício de alimentos;
- a miséria na zona rural;
- sobrepeso e obesidade;
- os hábitos alimentares da população e
- os baixos níveis de produção orgânica;
- resgatar o autoconsumo na agricultura familiar;

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- elaborar políticas e ações de extensão rural;</li> <li>- atuar no auxílio na formulação de políticas públicas.</li> </ul>
<p>Nome: Pedro Ivan Christoffoli</p> <p>Entidade: UFFS</p>	<p>Agricultura familiar e agroecologia</p>	<p>O professor Pedro Cristoffoli iniciou sua apresentação colocando que, apesar dos avanços comerciais e tecnológicos do agronegócio brasileiro, este ramo possui uma série de questões a serem melhoradas, como, por exemplo, a questão da concentração de terras (reforma agrária); a grande representação dos latifúndios no Congresso Nacional, que gera distorção de políticas; carga pesada de subsídios ao setor latifundiário; a SSAN que está dando lugar ao lucro; a violência no latifúndio e a utilização de agrotóxicos. Conclui que o agronegócio é (in) sustentável: violência, exploração, agrotóxicos, transgênicos, desestruturação fiscal dos estados exportadores de commodities, subsídios e o mito da eficiência econômica, desmatamento. Nesse sentido, explana sobre a necessidade de pesquisas em relação a subsídios e o mito da eficiência econômica.</p> <p>Na sequência, Cristoffoli apresentou um gráfico mostrando a quantidade de agrotóxicos consumida, anualmente, pela população das cidades da região central do Paraná. Em relação às questões das águas contaminadas, apontou a necessidade de realizar pesquisa em manancial, abastecedor ou saída do tratamento de água destinado ao consumo humano, que mostrem o impacto do uso de agrotóxicos.</p>

Segundo ele, os dados das pesquisas muitas vezes são mascarados e há dificuldades nos levantamentos como por exemplo, os problemas de levantamento de dados da saúde em relação à mortalidade infantil e a outros problemas de saúde pública. Chama atenção para as falhas da pesquisa estadual sobre agrotóxicos, pois não se procura todos os tipos de agrotóxicos. Destas reflexões destaca-se a necessidade de incluir nos debates, pesquisas e ações de extensão questões sobre:

- controle das terras – controle do estado (bancada ruralista);
- financeirização da agricultura;
- agricultura integrada – efeito de ‘squeeze’ dos AFs para uma maior produtividade e lucro das grandes empresas à montante e à jusante;
- problemas sanitários;
- subsídios – ilegalidades;
- uso de agrotóxicos;
- contaminação da água;
- estudo dos impactos do modelo agroalimentar na saúde da população, na questão ambiental;
- êxodo rural;

Os estudos acadêmicos já vêm considerando que o modelo de agricultura que construímos é insustentável – questionamento em relação ao modelo dominante (anos 1990 – 2000). Neste sentido, as discussões sobre Reforma agrária – Agricultura familiar – Desenvolvimento rural mais sustentável – Agroecologia passam a ser cada vez mais prementes. Assim, chama a atenção para o papel da Universidade – ela está embasando que tipo de modelo agrícola? Precisamos de outros tipos de

		<p>profissional – de discentes de egressos, pensando no tipo de agricultura queremos para o futuro.</p> <p>A escola se constituiu como instrumento de dominação e domesticação dos operários. Precisa-se de outra escola que seja crítica e formadora de cidadãos. Não devemos continuar com a escola que imita a fábrica fordista. Desenvolvimento significa “servir as pessoas”. Universidade não está preparada para isso - ela ainda reproduz o modelo fordista.</p> <p>Fez sua apresentação com os seguintes questionamentos: como a universidade pode deixar de ser fordista? Qual é o seu propósito? Que tipo de agricultura queremos para o mundo? Agricultura hoje não é sustentável. Que universidade queremos, para qual sociedade?</p> <p>Ao finalizar a explanação, o professor deixou a seguinte questão: a universidade (nesse contexto tida como ciência) se colocará como ferramenta de aceleração da agricultura ou promoverá o diálogo crítico com saberes populares, numa perspectiva de humanização e transformação social para a melhoria da agricultura para as pessoas?</p>
<p>Nome: Nelson Morgan</p> <p>Entidade: Prefeitura Realeza - PR</p>		<p>Necessidade de desenvolver estratégias para combater as problemáticas levantadas e, também, instituir a pesquisa, extensão e reorientar a educação para melhorar a agricultura familiar.</p> <p>Existem poucas pesquisas em relação a agroecologia, além de ter sido destruída a extensão rural e a educação no campo. Houve mudanças a partir do momento que trocaram a escola rural pela urbana. Como ficar no campo em situações como está? O mesmo considerou que há grande quantidade de suicídio no meio rural, isolamento social, baixa de crédito rural. O grande desafio do resgate é reorientar o crédito, fomentar a educação do meio rural, a pesquisa, a extensão e o</p>

		comércio para agricultura familiar convencional e/ou agroecológica.
<p>Nome: Leomar Rippel</p> <p>Entidade: UFFS</p>	<p>Apresentou estudos sobre a diversificação da produção, a prudência em relação aos investimentos e a autoexploração da mão-de-obra familiar, evitando a mão-de-obra externa.</p> <p>Também apresentou dados sobre a produção leiteira na região e sobre o cooperativismo do leite da agricultura familiar.</p>	
<p>Nome: José Antonio Barichello</p> <p>Entidade: Agricultura Familiar</p>	<p>Relatou diversas dificuldades que o homem do campo vivencia, como a insegurança em relação à renda, o descontentamento em relação às aposentadorias, o fato de que a assistência técnica deve acontecer na linguagem dos agricultores familiares.</p>	<p>Respeitar a regionalidade e acredita que a expectativa de futuro é a agroecologia. Chamou atenção para a importância do autoconsumo na agricultura familiar e da necessidade do trabalho da Universidade ser direcionado à agricultura familiar.</p>

<p>Nome: Carlos Ceretto e Cássio Batista Marcon</p> <p>Entidade: Técnicos administrativos UFFS</p>	<p>Fizeram uma apresentação do Grupo de Estudos em Permacultura, Agroecologia, Bioconstrução e Economia Colaborativa da UFFS (PermaBio) que, além do próprio grupo de estudos, desenvolveu atividades no VI Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) do Campus Realeza e criou uma horta comunitária no Campus.</p>	<p>Discussões sobre agroecologia, o consumo de alimentos orgânicos. O projeto chama atenção para a reestrutura de nossa urbanização, para a construção de sistemas de alimentação resilientes; para a carência de políticas públicas urbanas; e para a revitalização de espaços urbanos.</p>
<p>Nome: Rozane Marcia Triches e Fabiana Elias</p> <p>Entidade: UFFS</p>		<p>Necessidade de diálogo entre docentes, STAEs, discentes e comunidade, com o intento de “sair das caixinhas” e conhecer melhor o trabalho que os colegas desenvolvem. Além disso, há necessidade de integrar mais a Universidade (cursos e técnicos) com a Sociedade, para incentivar trocas que viabilizem o desenvolvimento humano e sustentável, integrando práticas e teorias.</p>

#### Observações e comentários:

O evento contou com boa participação de alunos, mas pouca adesão de professores, técnicos e comunidade externa. Também identificou-se que há necessidade de mais tempo para tratar de tantas temáticas importantes, do que apenas um período. Este fórum, pela abrangência de temas e pela sua importância dentro da Universidade deveria ser discutido de forma permanente dentro da Universidade, com maior diálogo entre os cursos existentes, entre os Campus da Universidade e de outras Universidades, com a sociedade civil e com os movimentos sociais. Muitas demandas foram sugeridas para serem tratadas no Ensino, Pesquisa e Extensão, mas outras tantas poderiam ter surgido se houvesse mais espaço para o debate e maior público.

## RELATO

**Data:** 20/04/2017

**Início:** 13h30min.

**Término:** 18h20min

**Local:** *Campus* Realeza

**Assunto:** AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Aos vinte dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezessete, no auditório do Bloco A, do campus Realeza, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) realizou-se o primeiro fórum temático da II COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão). Com o tema Agricultura Familiar, Agroecologia e Soberania e Segurança Alimentar, a primeira mesa de debates teve como coordenadora a professora Rozane Márcia Triches e, como debatedores, os professores Pedro Ivan Cristoffoli, da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul e Márcio Gazolla, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Campus* Pato Branco. Iniciando as discussões do fórum, o professor Antonio Marcos Myskiw, diretor do *Campus* Realeza, e a professora Rozane fizeram uma pequena introdução do que foi a I COEPE, esclarecendo que seu objetivo principal é promover discussões, construir demandas e delinear os objetivos e rumos que a UFFS seguirá nos campos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, relacionados aos temas de cada fórum. Após essa apresentação inicial, a professora Rozane passou a palavra ao professor Márcio Gazolla que, depois de se apresentar, iniciou suas considerações, explanando as questões fundamentais em que o Ensino Superior precisa se ater no campo da agricultura familiar, sendo elas, de acordo com o professor: estudos sobre economia rural, com o intuito de verificar quais são as áreas mais viáveis ao produtor; refundação em áreas não-tradicionais da agricultura familiar, como agroturismo, diversificação, gestão do espaço da paisagem, etc.; mostrar através da pesquisa que há heterogeneidade e diversidade cultural na agricultura; estudos sobre as especificidades e políticas públicas melhor desenhadas; pesquisar estratégias de diversificação, migração, integração agroindustrial, etc.; construir e discutir novos mercados e mercados mais autônomos para os produtores, como, por exemplo, as cadeias curtas; dentre outros. O professor Marcio também colocou que a agricultura familiar produz boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, mas precisa fazer isso com maiores níveis de sustentabilidade ambiental. Isso

poderá auxiliar o produtor na sua valorização pela sociedade. Em seguida, Gazolla fez suas considerações a respeito da Segurança Alimentar, pontuando questões como o desafio de alimentar bilhões de pessoas preservando os recursos naturais; a escassez de cursos de graduação e pós-graduação que estudem o sistema agroalimentar do Brasil e do mundo, visto que a maioria estuda, apenas, alguns eixos deles; a utilização massiva de agrotóxicos; a perda da biodiversidade dos alimentos que consumimos; a exploração dos agricultores familiares pelas grandes multinacionais do ramo alimentício; a questão dos *Food Miles*, ou seja, as milhas dos alimentos, que representam o custo logístico do transporte dos alimentos e, também, o consumo de combustíveis que essa prática demanda; o desperdício de alimentos; a miséria na zona rural; sobrepeso e obesidade; os hábitos alimentares da população e os baixos níveis de produção orgânica. Após sua fala, Gazolla passou a palavra ao professor Pedro Cristoffoli, que iniciou sua apresentação colocando que, apesar dos avanços comerciais e tecnológicos do agronegócio brasileiro, este ramo possui uma série de questões a serem melhoradas, como, por exemplo, a questão da concentração de terras (reforma agrária); a grande representação dos latifúndios no Congresso Nacional, que gera distorção de políticas; carga pesada de subsídios ao setor latifundiário; a SSAN que está dando lugar ao lucro; a violência no latifúndio e a utilização de agrotóxicos. Na sequência, Cristoffoli apresentou um gráfico que mostra a quantidade de agrotóxicos que são consumidos, anualmente, pela população das cidades da região central do Paraná. Ao finalizar a explanação, o professor deixou a seguinte questão: a universidade (nesse contexto tida como ciência) se colocará como ferramenta de aceleração da agricultura ou promoverá o diálogo crítico com saberes populares, numa perspectiva de humanização e transformação social para a melhoria da agricultura para as pessoas? Então, a professora Rozane deixou a palavra em aberto para que os ouvintes presentes fizessem perguntas e/ou contribuições. A professora Fabiana Elias manifestou-se, colocando que considera difícil trabalhar com o agricultor familiar pelo fato de que a maioria deles não pretende continuar no campo, mas, sim, migrar para a zona urbana após conseguirem se aposentar. Além disso, ela salientou que, por diversas vezes, já encontrou indícios de antibiótico no leite produzido pelas propriedades. Então, ela perguntou aos debatedores de que forma ela poderia conscientizar os produtores sobre a importância da qualidade do leite. O segundo ouvinte a se manifestar foi o servidor técnico-administrativo em educação Carlos Eduardo Cereto, que indagou aos debatedores se eles têm expectativa de algum dia voltar à UFFS e apresentar dados diferentes com soluções às problemáticas apresentadas. O professor Pedro, respondendo a primeira pergunta, colocou que, atualmente, o trabalho no campo é altamente desgastante e pouco remunerado, além de ser distante dos centros urbanos.

Desse modo, o desafio das universidades é pensar e pesquisar para poder melhorar a vida do agricultor familiar, indígenas e quilombolas. O professor Márcio disse que também é preciso discutir o papel dos consumidores, porque a população brasileira é pouco crítica e reflexiva em relação ao que consome. Para isso, sugeriu mobilizar os consumidores e trazê-los a esses fóruns para conscientizá-los. Em relação à segunda pergunta, o professor Pedro colocou que tem expectativa sim de um dia poder apresentar dados diferentes e que profissionais das diversas áreas devem agir a respeito, como, por exemplo, os nutricionistas trabalharem com a utilização de agrotóxicos e disse, ainda, que há espaço para todos nesse diálogo. Por fim, o agrônomo Nelson Morgan, do município de Realeza, manifestou-se, fazendo, inicialmente, uma apresentação de suas atividades profissionais na região e, em seguida, salientou que é preciso desenvolver estratégias para combater as problemáticas levantadas e, também, sugeriu instituir a pesquisa, extensão e reorientar a educação para melhorar a agricultura familiar. Após suas contribuições, a professora Rozane agradeceu a presença dos debatedores e suas contribuições, bem como dos ouvintes, e encerrou a primeira mesa de debate. A segunda mesa, coordenada pela professora Fabiana Eias, teve como tema “Como materializar ensino, pesquisa e extensão a partir da realidade e demandas da sociedade?” e contou com a presença do professor Leomar Rippel, da UFFS – *Campus* Realeza, do agricultor José Antonio Barichello e dos servidores técnico-administrativos em educação Carlos Eduardo Cereto e Cássio Batista Marcon como debatedores. Iniciando os debates, a professora Fabiana passou a palavra ao professor Leomar, que apresentou dados sobre a agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, como, por exemplo, a diversificação da produção, a prudência em relação aos investimentos e a autoexploração da mão-de-obra familiar, evitando a mão-de-obra externa. Ele também apresentou dados sobre a produção leiteira na região e, ainda, aponta dados em relação ao cooperativismo do leite da agricultura familiar. Após o professor Leomar finalizar sua fala, foi passada a palavra ao agricultor José Antonio Barichello, que possui uma propriedade no município de Santo Antonio do Sudoeste e que, inclusive, é disponibilizada aos alunos do *Campus* Realeza para realização de projetos e pesquisas. O agricultor informou que a parceria com a Universidade tem sido de grande ajuda às suas atividades. Ele também relatou diversas dificuldades que o homem do campo vivencia, como a insegurança em relação à sua renda, o descontentamento em relação às aposentadorias, o fato de que a assistência técnica deve acontecer na linguagem dos agricultores familiares, dentre outros. Em seguida, os STAEs Carlos e Cássio fizeram uma apresentação do Grupo de Estudos em Permacultura, Agroecologia, Bioconstrução e Economia Colaborativa da UFFS (PermaBio) que, além do próprio grupo de estudos, desenvolveu atividades no VI

Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) do *Campus* Realeza e criou uma horta comunitária no *Campus*. Após fazer essa apresentação, os servidores dialogaram sobre questões como agroecologia, o consumo de alimentos orgânicos e trouxe exemplos de outras localidades do Brasil que aderiram a práticas como estas. Por fim, as professoras Fabiana e Rozane apontaram a necessidade de diálogo entre docentes, STAEs, discentes e comunidade, com o intento de “sair das caixinhas” e conhecer melhor o trabalho que os colegas desenvolvem. O discente e STAE Luiz Antonio Bertassi Miranda sugeriu que nos próximos eventos, possa-se levar os debates à comunidade, com o objetivo de aproximar ela da Universidade. As coordenadoras disseram, então, que a sugestão será levada em consideração para os próximos fóruns.

FABIANA ELIAS  
Coordenadora

ROZANE MARCIA TRICHES  
Coordenadora

BRUNO DA ROCHA NUNES  
Relator



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza  
**Tecnologia, Inovação e  
Desenvolvimento Social**

Data: 3 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dr. Ademir Freddo



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

<i>Campus Realeza</i>
Fórum temático: Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Coordenador: Ademir Freddo
Relatores: Bruno da Rocha Nunes

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: Rafael Wild Entidade: UTFPR/Fco. Beltrão	<ul style="list-style-type: none"><li>- Tecnologias, objetos e usos pela sociedade</li><li>- Tecnologia e sociedade, devem ser pensadas em conjunto.</li><li>- Tecnologia é a solução para todos problemas da sociedade?</li><li>- Os problemas da sociedade advém da tecnologia?</li><li>- Toda inovação ou mudança tecnológica precisa ser questionada, pois não propicia apenas desenvolvimento.</li></ul>	

<p>Nome: André Lazarin Gallina</p> <p>Entidade: UFFS/Realeza</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os benefícios e malefícios da Inovação;</li> <li>- Tríplice hélice: Universidade, Governo, Iniciativa Privada.</li> <li>- Ambiente e cultura do empreendedorismo, inovação e tecnologia na sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento do NITS (Núcleo de Inovação Tecnológica e Social) da UFFS e disseminação nos <i>Campi</i>.</li> <li>- Bolsas a discentes vinculadas ao NITS;</li> <li>- Incentivo a docentes e discentes a registrar seus inventos como patentes.</li> </ul>
<p>Nome: Ademir Freddo</p> <p>Entidade: UFFS/Realeza</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- necessidade de ressignificar a relação Universidade-Empresa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- necessidade da criação de uma Lei Municipal sobre Incubadora Tecnológica;</li> </ul>

## II CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (COEPE)

### RELATO

**Data:** 03/05/2017

**Início:** 19h00min.

**Término:** 21h30min

**Local:** *Campus* Realeza

**Assunto:** TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No dia três de maio de dois mil e dezessete, no auditório do Bloco A, do *Campus* Realeza, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizou-se o segundo fórum temático da II COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão). Com o tema Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social. A mesa de debates teve como coordenador o professor Ademir Roberto Freddo e, como debatedores, os professores Rafael Wild, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – *Campus* Francisco Beltrão e

André Lazarin Gallina, da UFFS – *Campus Realeza*. Iniciando as atividades do fórum, o professor Antonio Marcos Myskiw, diretor do *Campus Realeza*, fez uma breve introdução do tema a ser tratado e, em seguida, passou a palavra ao professor Ademir, que abriu a sessão agradecendo a presença dos debatedores e ouvintes. Em seguida, o professor Rafael Wild iniciou sua apresentação perguntando aos ouvintes o que eles entendem por tecnologia e disse que, usualmente, ligamos o conceito “tecnologia” a sistemas computacionais e equipamentos eletrônicos, como *smartphones*, por exemplo. Porém, segundo sua própria definição, tecnologia pode ser entendida como o nome que damos ao conjunto de práticas e objetos desenvolvidos com os quais a gente usa e cria condições como indivíduo e sociedade. O prof. Rafael, ressaltou que nossa vida como humanos, juntos no mundo, é toda atravessada por tecnologias; por objetos e pelo uso destes objetos para produzir todas as coisas com que vivemos, ou para produzir certos resultados que são importantes para a nossa vida. Isto é tecnologia, ou ao menos, é uma forma de entender o que é tecnologia, argumentou o professor Rafael. Por exemplo, de acordo com este ponto de vista, até uma simples lata de ervilhas pode ser entendida como tecnologia. A lata de ervilhas tem sim muita tecnologia envolvida. Usar um recipiente resistente ao calor que mata os germes que estragariam o conteúdo, pintá-lo com informações necessárias para interpretar o conteúdo, montar uma distribuição que se desenrola no tempo e no espaço, a logística de transporte sem arruinar o conteúdo, até que alguém sinta necessidade e compre a lata. Da mesma forma os outros produtos, entre eles, computadores, celulares, medicamentos, elementos de vestuário, eletroeletrônicos em geral, são simplesmente o produto de numerosas tecnologias que vão se enlaçando entre si e aparecem como objetos disponíveis para consumo, mas que também são realizados pelas suas práticas: isto é, não é apenas um objeto, mas muito importante, como usamos o objeto. Após, o professor Rafael afirmou que tecnologia e sociedade são elementos indissociáveis, pois uma depende da outra para existir. Levando este raciocínio adiante, chegaremos à conclusão de que objetos e práticas fazem parte da vida que levamos como indivíduos e como grupos – isto é, que a tecnologia é parte da vida social, da sociedade, e não algo à parte, como se a tecnologia influenciasse a sociedade ou vice-versa. Em outras palavras, tecnologia não é modular em relação à sociedade, não podemos desencaixá-la e pensá-la de forma isolada. Isso também ocorre com outros campos de atividade humana, como a economia. Se pensarmos bem, vamos ver que nossa vida é realizada através destes objetos e práticas. Se estes objetos mudarem, nossa vida também muda. Por outro lado, os objetos são produzidos, e as práticas concebidas, com o objetivo de dar o melhor suporte possível para a vida que temos – a ervilha é colocada em conserva porque queremos ervilhas

verdes fora da época da colheita e aqui, que é longe do lugar onde ela é plantada. Adicionalmente, também desejamos mudar as práticas e os objetos para melhorar o suporte para a vida que levamos – mudando a forma como a ervilha é tratada para preservar melhor seu sabor e seu conteúdo nutritivo. Isto é inovação. Dando continuidade à apresentação, Rafael apresentou as duas narrativas sobre a tecnologia: uma é a narrativa triunfalista, na qual tem-se a imagem de que a tecnologia é a solução para os problemas da sociedade, algo muito usual em propagandas publicitárias. A outra narrativa denomina-se apocalíptica, pois trata da visão de que os problemas da sociedade advém da tecnologia. Concluindo, Rafael entra no tema da Tecnologia e Desenvolvimento Social, deixando os seguintes questionamentos: O que é desenvolvimento? É apenas uma mudança? Quem participa desse “social”? Quem avalia o que é positivo dentro do desenvolvimento? E também comenta que, geralmente, vemos a tecnologia do ponto de vista triunfalista, mas não percebemos que ainda existem trabalhos insalubres e extenuantes; regiões do planeta que são limitadas em relação ao acesso de informações e até mesmo o deslocamento físico; dentre outros fatores. Mudança tecnológica, ou inovação, neste sentido, precisa ser interrogada, questionada, para que possamos enxergar de que forma as questões acima possam ser respondidas. Uma mudança se estabiliza em certas condições, mas estas condições não são óbvias, em termos de “quem favorecem”. Após, fez uso da palavra o professor André Lazarin Gallina, que iniciou ressaltando os benefícios da inovação, como a diminuição das desigualdades sociais; a criação de produtos mais competitivos; a exportação de tecnologias; dentre outros. Disse, também, que, no Brasil, a criação de novos produtos ou serviços é feita por meio da tríplice hélice, que é composta pelas universidades, governo e iniciativa privada. Para ilustrar sua apresentação, André projetou uma série de imagens de produtos simples e inovadores, que podem ser usados como exemplo de inovação. Após, informou que, na Lei Brasileira de Inovação, está regulamentado o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), estrutura instituída por uma ou mais ICTs (Instituições de Ciência e Tecnologia) que consiste em um grupo de trabalho cujo objetivo é facilitar o desenvolvimento de produtos e que, ainda, a Lei permite que docentes se afastem de suas atividades profissionais nas universidades para abrir empresas ligadas à inovação ou desenvolver pesquisas sobre o tema em empresas. No caso de inventores independentes, a universidade também auxilia na viabilização da patenteação de suas ideias. Também foram apresentadas outras leis relacionadas à inovação, como a Lei do Bem, Lei de Direitos Autorais, Lei de Propriedade Industrial e a Lei de Cultivares. Na sequência, Gallina projetou o *ranking* de inovação no mundo (referente a concessão de patentes até 2012 - WIPO), no qual o Brasil encontra-se na décima nona colocação. Em seguida, Gallina informou que, no *Campus Realeza* da

UFFS, há um Núcleo de Inovação Tecnológica e Social (NITS); há bolsas para discentes que participam de projetos de inovação e está sendo planejada a implementação de uma incubadora de tecnologia e inovação em Realeza, mas, para esta última, é necessário, antes, ter uma lei aprovada na Câmara Municipal de Vereadores. O professor também projetou uma série de gráficos que demonstram, no período de 2010 a 2017, a quantidade de projetos propostos na UFFS e, após, somente no *Campus* Realeza e quantos deles pertencem às áreas de inovação, bem como o número de produções científicas, enfatizando que trabalhos de conclusão de curso e também produções científicas podem gerar produtos inovadores. Finalizando, citou exemplos de empresas cujos projetos foram desenvolvidos por seus idealizadores ainda enquanto estavam na universidade. Então, colocou-se à disposição para auxiliar qualquer acadêmico, servidor ou integrante da comunidade que tenha alguma proposta de produto/projeto/serviço inovador. O professor Ademir, então, passou a palavra aos ouvintes: a primeira pergunta vinda dos ouvintes foi no sentido de saber se há algum projeto no *Campus* Realeza que trate de inovação. Então o professor André respondeu que há, sim, um projeto, porém as comunidades acadêmica e externa ainda não sabem que a Universidade atua nesse tema e pode auxiliá-los na criação e patenteação de projetos/produtos/serviços. O segundo questionamento foi no sentido de saber que há uma perspectiva de concessão de bolsas para novos projetos, uma vez que vêm sendo promovidos uma série de cortes de verbas para a Educação. Então, Gallina respondeu que é possível haver um corte de verbas e, caso haja, há a opção de procurar auxílio financeiro da iniciativa privada, como, por exemplo, os investidores-anjo. Então, o professor Rafael complementou perguntando se, caso haja apoio financeiro da iniciativa privada, sob o domínio de quem ficará os projetos propostos? Encerrando a sessão, o professor Ademir mencionou que inovação é um fato importante para o desenvolvimento econômico e social. Empresas inovadoras são mais competitivas, fortalecem o próprio negócio, geram empregos e renda. Para isto é necessária uma nova postura, mais precisamente, universidades e empresas no desenvolvimento de novas tecnologias (fortalecer a comunidade, estado e país). O prof. Ademir também destacou alguns encaminhamentos, que são a necessidade de uma lei municipal que trate da criação de uma incubadora de tecnologia no município de Realeza, o lançamento de editais entre universidade, empresas e governo com o apoio ao empreendedorismo na criação de produtos, serviços e processos inovadores. Além disso, é importante criar um ambiente e cultura de empreendedorismo, inovação e tecnologia na sociedade, criar parcerias entre universidade, governo e empresas privadas. Precisamos, saber como as empresas e instituições de ensino enxergam este tema, conversar com a sociedade, saber os rumos do ensino, pesquisa e extensão nas universidades, mais

precisamente a UFFS, afirmou o prof. Ademir. Tudo isto anotado vem ao encontro dos objetivos da COEPE.

ADEMIR ROBERTO FREDDO  
Coordenador

BRUNO DA ROCHA NUNES  
Relator



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza  
**Educação Básica**

Data: 12 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dr. Ronaldo Gimenez Garcia



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

<i>Campus:</i> Realeza PR
Fórum temático: Educação Básica
Coordenador: Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia
Relatores: Jackson Luis Martins Cacciamani e Sandra Wirzbicki

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: Paulo Henrique Schwalm  Entidade: Núcleo Regional de Ensino de Francisco Beltrão	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aspectos positivos das iniciativas de aproximação entre a rede ensino estadual e a Universidade.</li><li>- Destacou as vantagens que o vínculo entre Universidade e a escola podem proporcionar a alunos professores da Educação Básica e licenciandos.</li><li>- Trouxe dados a respeito das características da Rede Estadual e os principais problemas enfrentados, principalmente no que diz respeito a formação continuada de professores.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ausência de professores de ciências em alguns municípios da região, principalmente nos menores.</li><li>- Repensar o trabalho desenvolvido nas escolas do campo. A região sudoeste do Paraná é a que mais possui escolas do campo e que muitas delas estão sendo fechadas, pois os pais preferem que os filhos estudem nas cidades.</li><li>- Mais ações de formação continuada para os diversos segmentos da Educação Básica.</li></ul>

		_ Maior aproximação com a educação municipal.
<p>Nome: Rita Lima Poli</p> <p>Entidade: FAMPER e coordenadora pedagógica da Rede Estadual de Ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Destacou o papel da Universidade frente as demandas da escolas da rede pública.</li> <li>- Destacou ações já realizadas entre a Universidade e a relação entre pais e responsáveis e a escola de Educação Básica.</li> <li>- Reflexão crítica sobre a escola seus desafios e a formação de professores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estreitar cada vez mais o trabalho entre Universidade e escola pública para construir parcerias mais duradouras e efetivas.</li> <li>- Promover mais momentos como esse da COEPE em que a Universidade chama a escolas e seus profissionais para um diálogo.</li> </ul>
<p>Nome: Adriana Sassi</p> <p>Entidade: Diretora de Escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reafirmou que a escola está aberta para as iniciativas da Universidade.</li> <li>_ Enfatizou a importância de projetos como o PIBID e de extensão que sempre trouxeram mais qualidade para o trabalho desenvolvido na escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reiterou a importância da manutenção entre as boas relações entre a escola e a Universidade e a necessidade de expandir mais envolvendo mais cursos e estudantes.</li> </ul>
<p>Nome: Maria de Lourdes Bertani</p> <p>Entidade: NRE de Francisco Beltrão</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ressaltou a importância da iniciativa da UFFS em ouvir as demandas da Educação Básica, pois isso é algo inédito na região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstrou o interesse em ampliar as relações com a universidade e criar mecanismos de comunicação constante entre a UFFS e as escolas públicas.</li> </ul>
<p>Nome:</p> <p>Entidade:</p>		

Nome: Entidade:		
Nome: Entidade:		

Observações e comentários:

O evento foi um passo importante da Universidade no sentido de reforçar a importância do bom relacionamento entre a UFFS, os gestores e professores da Educação Básica da região. Todos os convidados ressaltaram esta iniciativa e demonstraram que estão abertos a novos programas e iniciativas, tanto no que diz respeito a formação continuada de professores, como no trabalho de construir juntamente com as escolas meios de intervenção em problemas e desafios que as mesmas enfrentam no seu cotidiano.

É importante ressaltar aqui que a Universidade necessita criar uma política de formação continuada de professores que tenha um diferencial em relação as demais instituições que permita uma interação mais fecunda entre elas, uma vez que a escola também é um espaço de formação dos futuros licenciandos.



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza  
**Educação Popular e Democrática**

Data: 18 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

<i>Campus: REALEZA</i>	<i>Horário: 19h00 às 21h30</i>
Fórum temático: EDUCAÇÃO POPULAR E DEMOCRÁTICA	
Coordenador: ANTONIO MARCOS MYSKIW	
Relatora: Cristina Zulmira Almeida de Campos	

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: Rogério Rech Entidade: FAMPER e SEED-PR  “Educação Popular em tempos de crise democrática”	- O que é educação? Tem dois viés – Educare = orientar/nutrir – Educere = Promover o surgimento  - Princípio da Democracia: transparência/conquista/ pertencer/direito de fazer parte  - Escola e Democracia, pensar em educação popular sem democracia não existe	- Analisar o que vai além da universidade, estar próxima da realidade da comunidade. Contribuir com a formação da educação popular.

<p>Nome: Valéria Korb</p> <p>Entidade: ASSESOAR</p> <p>“A experiência da Assesoar em Educação Popular”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Focar na educação popular na região;</li> <li>- A educação popular politiza a educação, ao mesmo tempo em que se propõem dar um caráter pedagógico a política.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desafio da universidade – estar nos espaços de debate popular e dialogar com os movimentos;</li> <li>- Questionar/criar consciência da situação que o educando vive;</li> <li>- Necessidade de ter a UFFS nos espaços de debate, espaços democráticos, dialogar com os movimentos.</li> </ul>
<p>Nome: Antonio Marcos Myskiw</p> <p>Entidade: UFFS/Realeza</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Universidade tem compromisso com o saber popular</li> <li>- Debate: que projeto de sociedade que se deve construir, enquanto educação popular?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir juntos alternativas para consolidar a educação popular;</li> <li>- Valorizar o trabalho educativo de como fazer, reaprender a fazer a extensão;</li> <li>- Inserção da Universidade no campo</li> <li>- Que ações podemos desenvolver para valorizar a educação popular?</li> </ul>

Observações e comentários/ Relato:

## EDUCAÇÃO POPULAR E DEMOCRÁTICA

Aos dezoito dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, no auditório do Bloco do Professores, do *Campus* Realeza, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) realizou-se o fórum temático da II COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão). Com o tema Educação popular e democracia em tempos de crise democrática, a mesa de debates teve como coordenador o professor Antonio Myskiw e, como debatedores, o professor Rogério Rech, da FAMPER e SEED-PR, debatendo sobre “Educação Popular em tempos de crise democrática” e Valéria Korb da ASSESOAR, debatendo sobre “A experiência da Assesoar em Educação Popular”

Iniciando as discussões do fórum, o professor Antonio Marcos Myskiw, diretor do *Campus* Realeza e na qualidade de coordenador, deu as boas vindas aos presentes e fez uma pequena introdução sobre os temas a serem debatidos, destacando que o objetivo principal é promover discussões, construir demandas e delinear os objetivos e rumos que a UFFS seguirá nos campos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, relacionados aos

temas de cada fórum, e em seguida apresentou só palestrantes. Após essa apresentação inicial, passou a palavra ao professor Rogério Rech, que iniciou suas considerações, explanando as questões fundamentais em que o Ensino e a democracia se apresentam no mesmo âmbito de atuação. Educação e democracia tem uma conexão muito próxima, pode-se dizer que é difícil pensar em educação popular sem pensar em democracia. Dependendo do tipo de democracia se tem um nível de educação. Destacando a palavra educação, sabe-se que esta provém de duas palavras latinas, educare =orientar, nutrir e educere promover/surgir. Já quando se fala em democracia, pensa-se no direito de pertencer a algo, transparência, sentimento de conquista. O direito democrático, conduz a uma ideia de que o coletivo prevalece sobre o individual. Sobre o direito à educação, o professor destacou a questão, de quem é a escola? 1º autor – Vadir Duarte (educador popular) = a escola é da comunidade a quem ela pertence; 2º autor – Paulo Freire – a escola é para o povo / palavra/povo e pólvora 3º autor – Saviane – Instrumentalização – a escola é uma instituição do estado, papel final de priorizar o ensino a população. Destacou a necessidade de reconstruir os projetos pedagógicos, repensar o ensino. Em seguida passou a palavra para o professor Antonio Myskiw, que enfatizou o valor que se deve dar ao processo educativo e que a universidade tem responsabilidade sobre democratizar o saber popular. Deve-se valorizar o trabalho educativo de como fazer a disseminação do conhecimento no meio em que a instituição de ensino esta inserida, reaprender a fazer a extensão. Abrir as portas para o outro e saber ouvir o outro. Dentro deste panorama questionou: Que ações podemos desenvolver para valorizar a educação popular? A educadora popular (ASSESSOAR), Valéria Korb destacou a sistematização da educação popular no Brasil e principalmente a história da ASSESSOAR nesse contexto. Relatou que a Educação Popular tem um longo percurso no Brasil, a partir de um conjunto de práticas e experiências que se incorporaram junto às classes populares, no chão das fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base, nas universidades, no campo e na cidade, nos mais diferentes grupos, e também em experiências que se realizam no âmbito da educação formal e da institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal. Reforçou a ideia da visão além do superficial, aprofundar o tema da educação, questionar como uma forma de transformar a sociedade. Educação popular baseado no tripe – Formação, organização e luta. O educador popular tem amor ao povo e a uma causa. Desenvolver projetos em conjunto com os organismos sociais da região, partir da realidade do sujeito e construir junto com ele. A ASSESSOAR atua com vários projetos



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza

## **Gestão Pública e Políticas Públicas**

Data: 24 de maio de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

<i>Campus Realeza</i>
Fórum temático: Gestão Pública e Políticas Públicas
Coordenador: Antonio Marcos Myskiw
Relatores: Bruno da Rocha Nunes

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: Jaci Poli Entidade: IFPR-Capanema	Políticas Públicas e inclusão social	- Política Pública local e regional como objeto de pesquisa  - Articulação entre Poder Público e Universidade para construir projetos que se voltem para a inclusão social.
Nome: Inácio Werle Entidade: Prefeito de Planalto/PR	Gestão de órgãos públicos e a participação da população nas decisões.	- Construir e/ou aperfeiçoar ferramentas de dialogo entre os gestores públicos (Prefeitura e Câmara de Vereadores) e a população local.  - Gestão e transparência pública

<p>Nome: Milton Andreoli</p> <p>Entidade: Prefeito de Realeza/PR</p>	<p>Gestão orçamentária</p>	<p>Necessidade de planejamento estratégico de órgãos públicos para lidar com os recursos financeiros em prefeituras;</p> <p>- Dificuldade em compreender o Direito Administrativo na esfera pública.</p>
<p>Nome: Antonio M, Myskiw</p> <p>Entidade: UFFS/Realeza</p>	<p>Administração Pública, aperfeiçoamento a gestores e funcionários públicos.</p>	<p>- Proposição de curso de graduação em Administração Pública, bacharelado; ou curso de especialização <i>lato-sensu</i> em Gestão de Órgãos Públicos.</p> <p>- Criação de um Observatório de Políticas Públicas na região Sudoeste do Paraná, em parceria com outras Universidades Públicas, Instituto Federal.</p>
<p>Nome: Allyne Andrade</p> <p>Entidade: Discente UFFS</p>	<p>Direitos e deveres do gestor público</p>	<p>- necessidade de se desnaturalizar o gestor público como único responsável pela gestão de órgão público. Há responsabilidade também por parte da população.</p> <p>- transferência de responsabilidades. Audiências Públicas para debater os grandes temas locais.</p>
<p>Nome: Cludio Oliveira</p> <p>Entidade: Vereador Realeza/PR</p>	<p>Baixa participação da população nas reuniões e sessões da Câmara de Vereadores</p>	<p>- Criação da Câmara Júnior;</p> <p>-</p>

Nome: Odir Basso Entidade: Vereador Realeza/PR	Orçamento participativo	- Necessidade de Audiências Públicas para pensar o orçamento de órgãos públicos, em especial, prefeituras. Orçamento participativo.
Nome: Maikel Florintino Entidade: UFFS Realeza/PR	Cultura da participação	- Construir mecanismos para a participação social na gestão pública

## I CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (COEPE)

### RELATO

**Data:** 24/05/2017

**Início:** 19h00min.

**Término:** 21h30min

**Local:** *Campus Realeza*

**Tema:** GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezessete, no auditório do Bloco de Salas dos Professores, do *Campus Realeza*, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizou-se um fórum temático da II COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão). Com o tema Gestão Pública e Políticas Públicas, a mesa de debates teve como coordenador o professor Antonio Marcos Myskiw, diretor do *Campus Realeza* e, como debatedores, os prefeitos dos municípios de Planalto e Realeza, Inácio José Werle e Milton Andreolli, respectivamente e, também, Jaci Poli, docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *Campus Capanema*. Iniciando as atividades do fórum, o professor Antonio Marcos Myskiw informou que este tema foi proposto para integrar a II COEPE pelo fato de que é de suma importância para o desenvolvimento regional, bem como da UFFS. Então, passou a palavra ao professor Jaci Poli que, iniciando suas colocações, fez uma contextualização do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil ao longo do tempo. Jaci ressaltou temas importantes, como o patrimonialismo, a relação entre questões orçamentárias e as políticas públicas, corrupção, Estado, dentre outros. Finalizando sua fala, Jaci salientou que é necessário que os governos prevejam, em seus orçamentos, a inclusão de políticas públicas que beneficiem as classes sociais menos

favorecidas financeiramente. Então, o professor Antonio disse que é preciso que a população participe do processo de formulação de políticas públicas e, em seguida, passou a palavra ao prefeito do município de Planalto, Inácio José Werle. Inácio iniciou falando sobre sua infância na zona rural de Planalto, sobre sua participação em sindicatos de trabalhadores rurais, onde buscou, principalmente, políticas de acesso ao crédito. Disse, também, que ainda há muitos campos que necessitam de luta por parte da sociedade. Quanto ao seu trabalho na presidência da Câmara de Vereadores de Planalto, Werle relatou que teve momentos bons, mas também teve decepções. Após ser eleito prefeito do município, Werle ressalta dificuldades na gestão, como o trabalho com orçamentos, licitações, legislação, dentre outros. O palestrante também menciona que é preciso melhorar o debate partidário e as condições salariais dos servidores municipais. Para a construção de uma melhor gestão pública, Inácio sugere que os municípios recebam verbas sem a intermediação de deputados, pois os prefeitos acabam tendo que “mendigar” recursos para seus municípios e que as administrações municipais não podem ser “reféns” dos governos Estadual e Federal. Sugere também uma ampla reforma política e disse que é contrário à reeleição, pois é preciso que a gestão se renove e outras pessoas contribuam com ela. Na sequência, o prefeito do município de Realeza, Milton Andreolli, fez uso da palavra, relatando também sobre sua infância e seu trabalho como servidor público na Prefeitura de Realeza. Em seguida, disse que está na sua segunda gestão e que a prioridade de ambas as gestões têm sido a Saúde e a Educação. Disse, assim como Inácio, que a gestão orçamentária é complexa e que também é contrário à reeleição. Milton ressalta que, atualmente, a Prefeitura não faz cobrança de taxa de recolhimento de lixo, de vigilância sanitária e que o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) não é reajustado desde gestões anteriores, pelo fato de que não considera correto aumentar os tributos da população justamente em épocas de dificuldade financeira. Milton disse que não prometeu cargos em suas campanhas e que não tinha intenção de se candidatar à reeleição, mas como recebeu vários pedidos, decidiu colocar seu nome à disposição. Outras questões levantadas pelo palestrante foi a necessidade de se fazer uma criteriosa análise antes de realizar um concurso público; a cobrança que tem recebido para ativação da área industrial em Realeza, que, segundo ele, não iniciou porque o município tem outras prioridades no momento, como a necessidade de um novo hospital no município; e, por fim, a dificuldade em trazer a população para os debates. Findada a fala de Milton, o professor Antonio colocou que a UFFS tem trabalhado na proposta de um curso de graduação em administração pública, bem como na proposta um curso de especialização nesta área. Então, passou a palavra aos ouvintes, para que estes fizessem suas contribuições. A primeira a falar foi a discente

Allyne Andrade, que indagou os palestrantes sobre os motivos que levam à naturalização do não-cobrar os gestores, bem como a transferência de responsabilidades na participação social. Em seguida, o vereador de Realeza, Cláudio Oliveira, apresentou-se e corroborou com o que foi apresentado, mencionando que também há uma baixa participação dos munícipes nas sessões da Câmara e colocou-se favorável aos cursos de graduação e especialização mencionados pelo professor Antonio. O próximo a falar foi o também vereador de Realeza, Odir Basso, que disse sentir falta do orçamento participativo e, assim como o vereador Cláudio, disse ser oportuna a criação de cursos da área de gestão pública. Então, o servidor da UFFS, Maikel Florintino, mencionou que são raras as disciplinas de administração pública nos atuais cursos do *Campus*, porém a Instituição tem difundido uma cultura política que leva à formação crítica da sociedade e também que o aprendizado que advém dos movimentos sociais é muito produtivo e válido. O professor Jaci disse que a participação social na gestão pública depende de instrumentos concretos que devem ser fornecidos à população e informou que está trabalhando no projeto pedagógico de um Curso de Agroecologia no IFPR – *Campus* de Capanema, fechando parcerias com instituições da região. Como encaminhamentos do fórum, foi sugerida a criação de um calendário de avaliações do Plano Plurianual e a inserção da participação do *Campus* Realeza neste calendário, para que as demandas sejam construídas de forma conjunta e, também, construir uma cultura de participação dentro do setor público, entre instituições. O professor Antonio também sugeriu a criação de um observatório de políticas públicas, vinculado não somente à UFFS, mas também a outras instituições e, aí sim, criar um calendário para discutir ações. Continuando, o professor Antonio sugeriu a criação de projetos de pesquisa e extensão sobre a temática e, também, fazer com que a Universidade aproxime-se mais da sociedade, fazendo-se presente em outros espaços. O vereador Cláudio mencionou que foi proposto, na Câmara de Vereadores de Realeza, a criação da Câmara Júnior, objetivando fazer uma mudança de cultura na população, incentivando sua participação nas atividades legislativas. Por fim, o professor Jaci sugeriu que comece-se a rascunhar o projeto do observatório de políticas públicas o quanto antes, como ponto de partida do atual fórum. O professor Antonio, então, concordou com a proposta do professor Jaci. Nada mais havendo a ser discutido, a sessão foi encerrada pelo professor Antonio.

ANTONIO MARCOS MYSKIW  
Coordenador

BRUNO DA ROCHA NUNES  
Relator



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza

## **Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar Animal**

Data: 5 de junho de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dra. Denise Maria de Souza Mello



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

***O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular”***

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUNS TEMÁTICOS

<i>Campus: REALEZA</i>	<i>05/06/2017</i>	<i>Horário: 19h00 às 09h30</i>
Fórum temático: MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – Saúde e Bem-Estar Animal		
Coordenador: DENISE MARIA SOUZA DE MELLO		
Relatores: Cristina Zulmira Almeida de Campos		

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: JAIME GIOLLO Entidade: Reitor UFFS MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"><li>- Destacou os processos modernos de produção e a tecnologia, que além das máquinas, trouxeram também os agrotóxicos e conseqüentemente um conjunto de sintomas preocupantes na área da saúde ;</li><li>- Delimitar/Proibir o uso de agrotóxicos na Universidade - UFFS;</li><li>- A Universidade, como uma disseminadora do conhecimento desenvolver a conscientização no meio em que está inserida, sobre a importância da produção agroecológica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Agrotóxicos: o objetivo é envolver a comunidade acadêmica e regional para buscar apontamentos sobre a utilização de agrotóxicos seja para estudos ou mesmo para a realização de capina química nas áreas experimentais dos campi;</li><li>- Discutir nos Campi da UFFS o uso dos agrotóxicos, com o objetivo de produzir minutas de resoluções proibindo o uso de agrotóxicos nos campi, que serão encaminhados ao Conselho Universitário para este deliberar;</li></ul>

		<p>-Publicação de portaria, para disciplinar as aplicações com uso de agrotóxicos que estão sendo efetuadas nos experimentos em andamento nos Campi. - Universidade desenvolver experiências/ estudos e alternativas que induzam a sociedade a produção agroecológica.</p>
<p>Nome: GILZA MARIA FRANCO</p> <p>Entidade: UFFS/Campus Realeza</p> <p>SUSTENTABILIDADE E BIODIVERSIDADE</p>	<p>- Destacou a importância de alinhar a missão da universidade com o que é ensinado em sala de aula, relacionado ao meio ambiente;</p> <p>- Relacionou a convivência do homem com o meio ambiente (biodiversidade que esta inserido), destacando o dilema da sociedade conseguir viver com o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo com a manutenção dos nossos ecossistemas.</p> <p>-Destacou sua área de atuação, relacionada aos recursos hídricos,a água é importante para quase todo tipo de organismo e, é habitat de muitos deles, é sustento de muitas famílias, é produção de energia, de diversão, agricultura, uma infinidade de uso necessários à sobrevivência dos seres.</p>	<p>- Introduzir na universidade o sentido de conscientização em relação ao uso da água.</p> <p>- Estudos voltados para o desenvolvimento sustentável, trabalhar no levantamento taxionômico das espécies;</p> <p>- Como universidade, trabalhar nos cursos os viés que envolvem o desenvolvimento tecnológico/infraestrutura local e a preservação das espécies. Trabalhar a mudança de paradigmas.</p>
<p>Nome: SUSANA SCHLEMPER</p> <p>Entidade: UFFS/Campus Realeza</p> <p>BEM-ESTAR ANIMAL</p>	<p>- A aspiração social atualmente tende para a demanda de mudanças significativas em relação ao trato de animais, recaindo sobre os profissionais das ciências veterinarias tal responsabilidade. De uma forma geral todas as profissões que lidam com animais passam por transformação central para</p>	<p>- <u>Ensino</u>: os currículos devem disponibilizar ferramentas para que os egressos atendam a demanda da sociedade, que inclui preocupações diretas com os animais e contribuem para um avanço na ética da relação ser humano-animal;</p> <p>- <u>Pesquisa</u>: a produção de conhecimento sobre qualidade de vida dos animais no contexto</p>

	<p>atender e valoriza o BEA;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Embora recente, a inserção do ensino de Bem-Estar Animal nas universidades brasileiras apresentou crescimento acentuado nos últimos anos e permite considerações de valor para a conquista de um ensino de BEA de amplo alcance e que permite uma aprendizagem significativa;</li> <li>- Bem-estar animal deve aparecer nas grades curriculares da UFFS.</li> </ul> <p>Mestrado – Saúde, Bem estar Animal e Produção animal na UFFS.</p>	<p>brasileiro e a produção de conhecimento sobre percepção e atitude da sociedade brasileira em relação às diferentes questões de BEA são importantes. Trata-se de um saber que não se pode adquirir a partir de livros estrangeiros, diferentemente dos temas relacionados à conceituação e formas de diagnósticos de BEA, que são mais universais. Daí a importância da inserção dos conteúdos produzidos a partir de pesquisa nacional nas aulas de BEA. Necessidade de desenvolver pesquisas/grupos de estudo sobre o BEA na universidade.</p> <p>- <u>Extensão</u>: Neste âmbito há que se estabelecer parcerias entre a universidade, o poder público e a sociedade, buscando em ações conjuntas a consolidação de uma sociedade fundamentada nos princípios da educação humanitária e no bem-estar animal.</p>
<p>Nome: TATIANA CHAMPION</p> <p>Entidade: UFFS/Campus Realeza</p> <p>SAÚDE ÚNICA – União indissociável entre saúde humana, animal e ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preocupação da universidade em desenvolver trabalhos voltados para a saúde única.</li> <li>- Dar ênfase na preocupação com doenças com fatores zoonoses, que desencadeiam surtos de doenças.</li> <li>- Necessidade e importância de incluir o médico veterinário como profissional da saúde, sem ele a saúde da família esta incompleta.</li> </ul>	<p>- Perspectiva na Graduação: Grupos de estudos conceituando Saúde Única, difundindo e assimilando entre os discentes, STAEs e docentes do <i>Campus</i>;</p> <p>Perspectiva na Pesquisa: Pesquisa – ICs e Pós-graduação Stricto sensu em Saúde, Bem-estar e Produção Animal Sustentável;</p> <p>Extensão: gestão local e municipal</p>

<p>Nome: Antonio Pedroso Entidade: UFFS/Campus Realeza</p> <p>Bem-estar animal</p>	<p>- Estudo no mundo sobre bem-estar animal</p> <p>-Os primeiros passos na questão do bem-estar animal, foi o estudo dos cinco comportamentos observados e que se destacam como liberdades dos animais, e a partir daí surgiram algumas normativas, uma legislação europeia forte, que delimitou o comércio de animais;</p> <p>- Destacou a importância dos profissionais da área, neste caso, os médicos veterinários, estar atentos aos aspectos legais, aspecto público que envolve o lado racional e o lado radical e o aspecto técnico, o qual deve ter um embasamento fisiológico e comportamental.</p>	<p>- Destacou, no cenário de bem-estar animal, a necessidade de conhecimento científico do profissional da área sobre a melhor forma de desenvolver seu trabalho.</p> <p>- Necessidade dos estudantes de medicina veterinária buscar cada vez mais se interar das novas tecnologias da área, pelo grande número de questionamentos direcionados a estes profissionais;</p> <p>- Cursos da UFFS integrar nas suas disciplinas bem-estar animal e saúde única, como forma de transmitir o conhecimento necessário para a formação profissional de seus alunos.</p>
<p>Nome: FABÍOLA DALMOLIN</p> <p>Entidade: UFFS/Campus Realeza</p> <p>SAÚDE ÚNICA:CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS</p>	<p>- O excesso de animais das espécies caninas e felinas, nas ruas, causa uma série de transtornos a população urbana , tais como transmissão de zoonoses, riscos de com acidentes por mordeduras, atropelamentos e consequente prejuízo para a saúde pública.</p> <p>- Solução para cães e gatos que vivem nas ruas é castração + lar temporário e encaminhamento para adoção;</p>	<p>- Com relação a universidade – UFFS, buscar a educação da população – escolas; - Monitoramento epidemiológico; - esterilização cirúrgica;</p> <p>- Trabalhar o monitoramento epidemiológico no mestrado que iniciará em breve no Campus Realeza.</p>

Observações e comentários/ Relato:

## **Meio ambiente, Sustentabilidade, Saúde e Bem-estar animal**

A coordenadora do Fórum professora Denise Maria Souza de Mello fez abertura, chamou os participantes para compor a mesa, o Magnífico Reitor da UFFS professor Jaime Giollo, a coordenadora do curso de Biologia professora Gilza Maria de Souza Franco, a coordenadora do curso de medicina veterinária professora Susana Schlemper, a palestrante professora Tatiana Champion, o palestrante professor Antonio Pedroso, a palestrante professora Fabiola Dalmolin. Em seguida, agradeceu a presença de todos e fez uma breve introdução sobre a II COEPE, destacou que a intenção deste Fórum é discutir e sistematizar todas as políticas e diretrizes que nortearão as ações que a universidade vai adotar/seguir dentro do ensino, da pesquisa e da extensão. Com referência aos temas deste Fórum a professora destacou, que fazem referência ao Meio ambiente, Sustentabilidade, Saúde e Bem-estar animal.

- O primeiro palestrante foi o professor Jaime Giollo, debatendo sobre meio ambiente. Após cumprimentar os presentes, o professor, sobre o tema, destacou que meio ambiente e sustentabilidade leva a uma conexão direta com o uso de agrotóxicos, desta forma se propôs, através de debates específicos, discutir nos Campi o “Uso de agrotóxicos na UFFS”, esse assunto começou a ser debatido no Campus da UFFS Laranjeiras do Sul e se finaliza aqui no Campus Realeza. Enfatizou que, o objetivo é envolver a comunidade acadêmica e regional para buscar apontamentos sobre uma saída para a utilização de agrotóxicos, seja para estudos ou mesmo para a realização de capina química nas áreas experimentais dos campi. Destacou que, os processos modernos de produção e a tecnologia, além das máquinas, trouxeram também os agrotóxicos. Existe um conjunto de sintomas espalhados pela sociedade das consequências do uso desgovernado de agrotóxicos, como mostram os indicadores divulgados ou muitas vezes escondidos da sociedade. Indicadores de contaminação de água, dutos, solos, que nos deixam alarmados. Destacou que o Campus de Laranjeiras do Sul fez um levantamento do uso de agrotóxicos no estado do Paraná, com dados oficiais, tem municípios na região que aplicam 130kg de agrotóxico por pessoa outros 100kg. Em culturas, como alface por exemplo, foram encontrados altos índices de agrotóxicos, inclusive proibidos para o tipo de cultura. E essa não é uma questão regional, o mundo inteiro esta sofrendo com isso, as pessoas estão dispostas a pagar mais para ter uma comida mais saudável. Em regiões do país onde o uso de agrotóxico é mais intenso, esta afetando diretamente a saúde das pessoas. Expôs, que a UFFS, abriu em 04 Campi cursos de agronomia e em 01 Campi um de veterinária, com objetivo, entre outros, de dar ênfase na agroecologia com o intuito de dar suporte as alternativas que estão sendo estudadas. Destacou a legislação vigente

sobre o uso de agrotóxicos nos espaços públicos. E a regulação do uso desse produto nos Campi da UFFS, percebendo que não tinham nada regulamentando o uso, descarte e tudo relacionado ao assunto, esse é um motivo de discutir o assunto nos Campi, com objetivo de produzir com este debate minutas de resoluções proibindo o uso de agrotóxicos nos campi, minutas estas, que serão encaminhadas ao Conselho Universitário para deliberar sobre o assunto. O uso somente será permitido nos laboratórios, que são espaços apropriados para isso, que garante a proteção da pessoa que administra os procedimentos. Este é o debate proposto, a proibição do uso de agrotóxicos na universidade pública, sendo esta um meio de convívio social e onde se faz necessário uma conscientização primária. Inclusive já foi elaborada uma portaria que será publicada, para disciplinar as aplicações que estão sendo efetuadas nos experimentos em andamento. A Universidade, como uma disseminadora do conhecimento, deve desenvolver experiências/estudos e alternativas que induzam a sociedade a produção agroecológica, de forma que a sociedade, o país e o mundo. Destacou a importância que essa COEPE reflita também, sobre a importância de manter os princípios que regeram a universidade até o momento e que devem continuar regendo de agora em diante, a agroecologia, as energias renováveis, a escola pública, a saúde pública, a agricultura familiar, um compromisso forte, refletir isso no Campus, a natureza da universidade.

- Após as considerações do professor Jaime Giollo, foi a vez da professora Gilza Maria Franco, dar prosseguimento ao assunto falando sobre sustentabilidade e biodiversidade. Começou destacando a importância de alinhar a missão da universidade com o que é ensinado em sala de aula. Rever a forma como lidamos com as questões de biodiversidade no nosso dia-a-dia, e sobre isso levantou a seguinte questão: a convivência do homem com o meio ambiente em que está inserido (biodiversidade), o quanto a sociedade vai abrir mão dessa biodiversidade para aumentar seus lucros. Destacou que a natureza tem sua capacidade de suporte dos seus organismos, isso significa o quanto ela consegue sobreviver frente a utilização humana, e esse dilema é enfrentado pela sociedade, conseguir viver com o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo com a manutenção dos nossos ecossistemas. Relatou sobre sua área de atuação, relacionada aos recursos hídricos, ressaltando que, a água é importante para quase todo tipo de organismo e, é habitat de muitos deles, é sustento de muitas famílias, é produção de energia, de diversão, agricultura, uma infinidade de usos necessários à sobrevivência dos seres. Daí a necessidade de introduzir na universidade o sentido de conscientização em relação ao uso da água. Destacou um estudo sobre a Bacia do rio da Prata, que é constituída pelas sub-bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Sendo essa muito significativa nos usos múltiplos das regiões em que abrange e para a

manutenção da biodiversidade. A Bacia do Prata esta ameaçada pela infraestrutura, com construção de hidrovias, barragens, extração excessiva, espécies invasoras que levam a destruição das espécies nativas, conflito muito grande no interesse do uso da bacia e que conseqüentemente atingem a biodiversidade local, essas ameaças podem representar a tragédia desses recursos hídricos, destruição de uma bacia que sustenta uma imensa biodiversidade. Ao final de sua apresentação a Professora Gilza colocou como ações necessárias, a necessidade de estudos voltados para o desenvolvimento sustentável, trabalhar no levantamento taxionômico das espécies, como universidade, trabalhar nos cursos os viés que envolvem o desenvolvimento tecnológico/infraestrutura local e a preservação das espécies. Trabalhar a mudança de paradigmas nos cursos de graduação da UFFS.

- Após a professora Susana Schlemper, começou suas considerações, tratou do tema Saúde e Bem-Estar Animal, considerou a importância de tratar desse assunto no âmbito da COEPE. Destacou que o estudo científico do comportamento dos animais, é muito importante, visto que pavimenta as bases para o reconhecimento da complexidade da vida animal individual. Relatou, que ocorre um reconhecimento crescente da provável manifestação de expressões animais relacionadas à provável presença de consciência, de maneira marcante nos vertebrados - avanços no conhecimento dos processos de evolução natural; dos correlatos neurofisiológicos dos sentimentos; da similaridade genética entre as espécies animais; da filosofia no campo da ética animal – tudo isso torna cada vez menos sustentável a noção de que sentimentos e, por conseguinte, bem-estar sejam conceitos restritos unicamente à espécie humana. A professora destacou que, bem-estar animal, muitas vezes, não é um conceito tão simples de ser compreendido, ele pode ter diferentes significados para diferentes pessoas. De modo geral, bem-estar se refere à qualidade de vida de um animal, se ele tem boa saúde, se suas condições físicas e psicológicas são adequadas, e se pode expressar seu comportamento natural. Ressaltou que, o ensino universitário no Brasil enfrenta atualmente uma proliferação do número de cursos, fenômeno que ocorre em muitas áreas da educação superior, em razão da política de aumento de número de vagas implantadas pelo MEC nos últimos anos. Esse elevado número de cursos, associado à falta de condições que possibilitem a formação de profissionais com nível mínimo de competências e habilidades, necessários para o desempenho profissional, constitui uma grave preocupação. Dentre os principais elementos que conduzem à qualidade do ensino está o currículo, que não deve ser somente um conjunto de conteúdos e uma série de orientações que se perpetuam passivamente como meio de reprodução. Destacou que, ao contrário, o ensino deve ser visto como um processo de mediação entre políticas e expectativas sociais e

institucionais. A professora comentou que, a aspiração social atualmente tende para a demanda de mudanças significativas em relação ao trato de animais, recaindo sobre os profissionais das ciências veterinárias tal responsabilidade. E apesar de recente, a inserção do ensino de bem-estar animal nas universidades brasileiras apresentou crescimento acentuado nos últimos anos e permite considerações de valor para a conquista de um ensino de BEA de amplo alcance e que permita uma aprendizagem significativa. A professora finalizou com as demandas/ações propostas para este assunto. Ensino – os currículos devem disponibilizar ferramentas para que os egressos atendam a demanda da sociedade, que inclui preocupações diretas com os animais e contribuem para um avanço na ética da relação ser humano-animal; - Pesquisa: a produção de conhecimento sobre qualidade de vida dos animais no contexto brasileiro e a produção de conhecimento sobre percepção e atitude da sociedade brasileira em relação às diferentes questões de BEA são importantes. Trata-se de um saber que não se pode adquirir a partir de livros estrangeiros, diferentemente dos temas relacionados à conceituação e formas de diagnósticos de BEA, que são mais universais. Daí a importância da inserção dos conteúdos produzidos a partir de pesquisa nacional nas aulas de BEA. Necessidade de desenvolver pesquisas/grupos de estudo sobre o BEA na universidade. - Extensão: Neste âmbito há que se estabelecer parcerias entre a universidade, o poder público e a sociedade, buscando em ações conjuntas a consolidação de uma sociedade fundamentada nos princípios da educação humanitária e no bem-estar animal. Mestrado – Saúde, Bem estar Animal e Produção animal na UFFS. - A próxima palestrante do evento, foi a professora Tatiana Chapion, que começou explanando sobre Saúde Única: união indissociável entre saúde humana, saúde animal e ambiental, nesse sentido significa uma ampliação do sentido de saúde. Nesse contexto, destacou o papel do médico veterinário e a necessidade de promover ações colaborativas e investigativas nas áreas da saúde que auxiliem a avaliação, o tratamento, a prevenção de doenças que são transmissíveis entre as espécies (homem x animal). Dessa forma ressaltou que, desafios globais devem ser debatidos de forma multidisciplinar como forma de ter um ganho significativo nas pesquisas realizadas. Sobre o assunto, entra no contexto da UFFS uma expectativa, talvez a longo prazo, de treinamento nas áreas de educação e formas de melhorar a saúde única. A universidade deve dar ênfase na preocupação com doenças com fatores zoonoses, que desencadeiam surtos de doenças, como exemplo a febra amarela, transmitida pelos macacos, é uma preocupação dos médicos veterinários, não existe pensar em medicina veterinária sem se pensar nas doenças que os animais transmitem ao homem, ou vice-versa. Na realidade atual, a importância de incluir o médico veterinário como profissional da saúde, sem ele a saúde

da família está incompleta. A realidade no estado do Paraná, nas cidade mais próximas de Realeza, onde têm os nucleos de assistência da saúde familiar, na cidade de Realeza não tem NASF, existe uma proposta para ter um, sabe que aqui perto tem em Santa Izabel do Oeste, mas não tem um médico veterinário na equipe. A importância da Saúde Única ela é integrada no sentido de delimitar o ataque de doenças. Em seguida apresentou dados relacionados a saúde única, com dados de vacinas e vermifugos necessários aos animais domésticos na cidade de Realeza e região.

- O próximo palestrante foi o professor Antonio Pedroso, debateu sobre bem-estar animal, destacou a origem e a preocupação com essa questão, os estudos relacionados a legislação vigente e a comercialização seguindo as normas nacionais e internacionais. Os primeiros passos na questão do bem-estar animal, foi o estudo dos cinco comportamentos observados e que se destacam como liberdades dos animais, e a partir daí surgiram algumas normativas, uma legislação europeia forte, que delimitou o comércio de animais. No Brasil as normas demoraram um pouco mais a surgir, mas é uma cópia das normas europeias. Destacou a importância dos profissionais da área, neste caso, os médicos veterinários, de estar atentos aos aspectos legais, aspecto público que envolve o lado racional e o lado radical e o aspecto técnico, o qual deve ter um embasamento fisiológico e comportamental. Voltando uma análise para as agroindústrias elas estão sob pressão, com as exigências de comercialização e adequação às normas. E as fiscalizações estão cada vez mais exigentes, hoje não se olha só o bem-estar animal, mas se estende a saúde única, pensando em meio ambiente também. Destaca-se nesse cenário o aprendizado, o conhecimento científico do profissional da área focando na melhor forma de desenvolver seu trabalho. Daí a necessidade dos estudantes de medicina veterinária buscar cada vez mais se interar das novas técnicas da área, pelo grande número de questionamentos direcionados a estes profissionais.

- A última palestrante do evento foi a professora Fabíola Dalmolin, que destacou o controle populacional de cães e gatos, o aumento significativo desses animais nas ruas, e o controle de doenças. Destacou que, os animais nas ruas se reproduzem em grande quantidade. Ressaltou que alguns métodos de controle vem sendo discutidos, mas ainda, não se tem um método ideal. E os métodos também podem variar de lugar para lugar. O primeiro método de controle era a eutanásia. Hoje a ideia da eutanásia não é mais aceita como resolução para o controle populacional de animais que estão nas ruas. Também têm-se os abrigos, que não são solução para a retirada desses animais das ruas, uma vez que o abrigo só aglomera animais, não garante saúde e bem-estar animal. Outra alternativa são as vacinas, mas que podem causar tumores malignos nos animais. A professora apresentou, como medida de controle animal, e que talvez seja o que melhor

se aplica a realidade local, o seguinte: a guarda responsável, uma legislação municipal contra o abandono, atividades que visem estimular a adoção e o controle do comércio de animais. Com relação a universidade – UFFS, buscar a educação da população – escolas; - Monitoramento epidemiológico; - esterilização cirúrgica. Com relação a este último item, a universidade ainda necessita demais estrutura física, de equipamentos. E Visar o trabalho de desenvolver o monitoramento epidemiológico no curso de mestrado que vai iniciar no Campus. Considerar projetos que deram certo e tentar desenvolver essas ações no local em que universidades esta inserida. Dessa forma a necessidade da universidade desenvolver um projeto/programa em parceria com a empresas, conveniadas e comunidade em geral.

- Após os relatos a coordenadora abriu espaço para as considerações do público presente. Dentre as discussões levantadas, destacou-se a necessidade de engajamento dos cursos de graduação da UFFS, na questão do bem-estar animal e saúde única. Questão do uso de agrotóxicos nos Campi da UFFS, que não é necessário fazer uso do agrotóxico para estudar sobre ele, necessidade de formar profissionais que saibam fazer o uso devido dos agrotóxicos sem colocar em risco a saúde humana e animal. Enquanto universidade, a UFFS estudar a questão dos sistemas alternativos de produção nos cursos de graduação, a universidade construir grupos de pesquisa e análise, estudar os casos de uso de agrotóxicos e fazer o uso/manejo adequado. Desenvolver a ideia da agroecologia, de bem-estar animal, saúde -única, a UFFS forma professores, como formar esses professores com um nível de conhecimento suficiente sobre o assunto, sem a necessidade de buscar formação complementar, após a conclusão do curso. Desafio da COEPE, formar professores que ao finalizarem a graduação, e já tenham o conhecimento suficiente para influenciar e transmitir a sociedade os conhecimentos adequados. Necessidade de avançar a ideia do domínio conexo na UFFS, integrar disciplinas/áreas do conhecimento. O estudo na graduação, manter o espaço da universidade para estudos e experiências agroecológicas e assuntos propostos neste contexto. Não desvirtuar a UFFS de seu propósito em trabalhar com agroecologia.



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza  
**Mobilidade Acadêmica  
e Internacionalização**

Data: 13 de junho de 2017 – 19h às 22h0

Local: Auditório Bloco Professores

Coord.: Prof. Dra. Gisele Louro Peres



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

<i>Campus Realeza</i>
Fórum temático: MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO
Coordenador: Gisele Louro Peres
Relatores: Bruno da Rocha Nunes

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: Prof. Antonio Carlos Pedroso Entidade: UFFS/Realeza	A mobilidade acadêmica na UFFS, com ênfase no curso de Medicina Veterinária.	- necessidade de maior visibilidade aos Programas de Mobilidade Acadêmica, dentro e fora do Brasil
Nome: Prof. Susana Schlemper Entidade: UFFS/Realeza	Mobilidade acadêmica em tempos de Globalização; Integração, competitividade profissional, 2º idioma	A bagagem intelectual, social e cultural propiciada pela mobilidade acadêmica. Formação profissional diferenciada

<p>Nome: Emily Andressa Santos Lima</p> <p>Entidade: Discente UFFS/Realeza</p>	<p>Relato de experiência no Ciências Sem Fronteira (CsF), para a Universidade de Wisconsin (EUA);</p> <p>acervo de imagens do período formativo nos EUA</p>	<p>Necessidade de incentivo aos alunos da UFFS em fazer a mobilidade acadêmica, nacional e internacional.</p> <p>Outras formas de aprendizagens e métodos de ensino;</p>
<p>Nome: Maria de Lourdes</p> <p>Entidade: Rotary Club Realeza</p>	<p>Relato de experiência do Rotary Club com o intercâmbio de estudantes de outros países (México e Taiwan)</p>	<p>A importância em estreitar relações dos intercambistas do Rotary com a UFFS.</p>
<p>Nome: prof. Maria Helena Cordeiro</p> <p>Entidade: Assuntos Internacionais UFFS</p>	<p>Internacionalização mercadológica</p> <p>Pluralidade de ideias, diálogos e aproximação de povos;</p> <p>Capes – novo desenho para ações de internacionalização, via Universidades.</p> <p>Centro de Línguas (CELUFFS);</p> <p>Parcerias e acordos internacionais com Universidades Argentinas e do Paraguay</p>	<p>A necessidade da UFFS, dos docentes e discentes em se inserir nos debates e projetos de internacionalização acadêmica;</p>

Observações e comentários:

---



---



---



---



---



---



---



---

## II CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (COEPE) RELATO

**Data:** 06/07/2017

**Início:** 19h00min.

**Término:** 22h30min

**Local:** Auditório do Bloco A do *Campus Realeza*

**Assunto:** MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

No dia seis de julho de dois mil e dezessete, no auditório do Bloco A, do *Campus Realeza*, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizou-se um fórum temático da II COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão). Com o tema Mobilidade Acadêmica e Internacionalização, a mesa de debates teve como coordenadora a professora Gisele Loures Peres e, como debatedores, os professores Antonio Carlos Pedroso e Susana Regina de Mello Schlemper; a aluna Emily Andressa Santos Lima; a senhora Lourdes Maria, representante do Rotary Clube de Realeza e a professora Maria Helena Cordeiro, representante da Assessoria de Assuntos Internacionais da UFFS. A professora Gisele abriu a sessão e passou a palavra ao professor Antonio Carlos Pedroso, que relatou suas atividades na mobilidade acadêmica no Curso de Graduação em Medicina Veterinária – Bacharelado, do *Campus Realeza*. Em seguida, explicou os procedimentos da UFFS para que os alunos entrem em mobilidade. Após isso, fez uso da palavra a professora Susana Schlemper, que ressaltou pontos sobre mobilidade acadêmica, como globalização; integração entre alunos e servidores de diferentes instituições, a competitividade no mercado de trabalho, que exige o conhecimento de um segundo idioma, etc. Disse, também, que a UFFS e a COEPE têm de oportunizar a mobilidade aos alunos; dar espaço aos povos nativos e estrangeiros e que espera que as ideias deixadas neste encontro sejam realizadas. Na sequência, a aluna Emily relatou sua experiência no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que oportunizou sua mobilidade acadêmica internacional na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos da América (E.U.A.). A aluna falou sobre o Programa, os requisitos para participar, documentação, benefícios financeiros e, também, projetou fotos da Universidade. Disse, ainda, que teve dificuldades no Brasil e na UFFS devido à burocracia exigida para a mobilidade; que seu desempenho acadêmico nos E.U.A. foi melhor do que no Brasil e incentivou os alunos a participar destes programas. A próxima a falar foi a senhora Lourdes Maria, que disse ser integrante do Rotary Club, na cidade de Realeza e que recebeu dois intercambistas: uma menina taiwanesa e um menino mexicano. Em sua fala, Lourdes comentou como foi o dia a dia junto aos intercambistas e ressaltou aspectos de sua cultura. A próxima a falar foi a professora Maria Helena que, inicialmente, disse que mobilidade acadêmica e

internacionalização não são a mesma coisa, mas que a internacionalização deve ser uma política da Universidade e que a mobilidade acadêmica faz parte desta política. A professora também falou sobre questões como a internacionalização mercadológica, pluralidade de ideias, de diálogo, promoção de paz e aproximação dos povos a partir da internacionalização. Também foi comentado sobre o programa CsF, do Governo Federal, que colocou o Brasil em um bom patamar na procura por parte de alunos estrangeiros e que, atualmente, os recursos para tal programa estão escassos. Um dos pontos ressaltados pela professora Maria Helena foi que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) está investindo na internacionalização das universidades e que a UFFS precisa desenhar o seu plano de internacionalização, por isso, pediu que todas as coordenações de cursos e grupos de pesquisa da Instituição manifestem suas propostas sobre o tema, sendo que dois grandes eixos serão trabalhados: o primeiro compreende as relações de fronteira; biodiversidade; ambiente e idiomas, sendo que a Universidade Nacional de Missões (UNaM), da Argentina colaborará com este eixo. O segundo compreende as áreas prioritárias da UFFS, como saúde pública, agricultura familiar, formação de professores, dentre outras. Após, falou-se sobre a internacionalização online, sobre o programa My English Online, sobre o Centro de Línguas da UFFS (CELUFFS), sobre cursos de idiomas para servidores e alunos, sobre programas de acolhimento dos alunos estrangeiros, dentre outros. Finalizando a fala, a professora Maria Helena apresentou a proposta de cursos com dupla titulação, oferecidos pela UFFS e pela UNaM e, também, de um curso de Especialização em Matemática, oferecido pela UFFS, UNaM e uma universidade do Paraguai. Encerradas as apresentações do fórum, passou-se a palavra aos ouvintes. Nesse momento, a senhora Lourdes Maria tirou dúvidas sobre a participação de estudantes no Rotary e o professor Jackson Cacciamani sugeriu que alunos e servidores da UFFS acolham estudantes rotarianos estrangeiros em suas casas, o que oportunizaria aprendizagens coletivas. O professor Jackson também sugeriu parcerias com um projeto do Curso de Nutrição, que trabalha com diferentes culturas alimentares. Respondendo a um questionamento de um dos ouvintes, a aluna Emilly disse que teve mais facilidade em aprender os conteúdos na Universidade de Wisconsin devido à metodologia de ensino, aos grupos de estudos e a ter maiores opções de atividades acadêmicas para participar. Então, a professora Gisele mencionou que nos E.U.A. os professores ganham por rendimento e que lá dedicam-se apenas às aulas e a pesquisas, ao passo que no Brasil também devem-se dedicar a outras atividades institucionais. A professora Susana ressaltou que nos E.U.A. o aluno escolhe o que pode cursar e no Brasil as disciplinas são obrigatórias. O professor Antonio

disse que estudou na Universidade da Georgia e que lá, percebeu que os alunos estudam com o objetivo de se manter entre os melhores. Nada mais havendo a tratar, a coordenadora, Gisele Peres, encerrou as atividades do fórum.

GISELE LOURO PERES  
Coordenador

BRUNO DA ROCHA NUNES  
Relator



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza  
**Saúde Pública**

Data: 19 de junho de 2017 – 19h às 22h30

Local: Auditório do Bloco A

Coord.: Prof. Dra. Karina Starikoff



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

Campus Realeza
Fórum temático: Saúde Pública
Coordenador: Karina Ramirez Starikoff
Relatores: Adriane Ferreira Frizzo e Daniela Andrighi

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

Expositores	Aspectos centrais destacados	Ações e demandas propostas
Nome: Nathielli Vieira Entidade: Vigilância Epidemiológica da Regional de Saúde de Francisco Beltrão	Ação da vigilância epidemiológica em saúde pública; Índices de natalidade, morbidade e mortalidade notificados; Índices de mortalidade fetal, infantil e de gestantes.	Necessidade de trabalhos voltados à educação da população; Necessidade de trabalhos desenvolvidos com as equipes de Saúde; Necessidade de trabalhos desenvolvidos em âmbito inter e transdisciplinar na Saúde Pública;
Nome: Amélia Dreyer Machado Entidade: UFFS	Controle social em saúde; Conselhos municipais de saúde; Conferências de saúde.	Aumentar a participação social no Conselho de Saúde Municipal;

Nome: Lucif Abrao Nascif Junior	Importância da saúde pública e o reflexo da mesma em relação ao estado econômico e organização social de um país;	Ações de promoção de um envelhecimento saudável, foco em políticas regulatórias, mudanças comportamentais e atenção primária a saúde.
Entidade: UFFS	Índices de natalidade e mortalidade no nosso país;	
	Planejamento familiar;	
	Fatores que afetam o crescimento populacional.	

## I CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (COEPE)

### RELATO

Data: 19/06/2017

Início: 19h30min.

Término: 22h30min

Local: Campus Realeza

Tema: SAÚDE PÚBLICA

No dia dezenove de junho de dois mil e dezessete, no auditório do Bloco de Salas "A", do *Campus Realeza*, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizou-se um fórum temático da II COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão). Com o tema Saúde Pública, a mesa de debates teve como coordenadora a professora Karina Ramirez Starikoff e, como debatedores, os professores da instituição Lucif Abrão Nascif Júnior, do curso de Medicina Veterinária, Amélia Dreyer Machado, do curso de Nutrição, além da presença da enfermeira Nathielli Vieira, representando a Vigilância Epidemiológica da Oitava Regional de Saúde de Francisco Beltrão. Iniciando as atividades do fórum, o professor Marcos Antônio Beal, Coordenador Acadêmico do *Campus Realeza*, agradeceu a presença de todos os debatedores e participantes e explicou a relevância em se abordar novamente esse tema, já que na I COEPE foram delimitadas as vocações da

universidade, e a questão da Saúde Pública se encontrava entre essas. Ressaltou, ainda, a importância em observar como a Universidade nesses sete anos cumpriu com o objetivo proposto e discutir formas de suprir da melhor maneira essa demanda. A Professora Karina Ramirez Starikoff passou a palavra para a debatedora Nathielli Vieira, que iniciando suas colocações, relatando que durante toda a vida profissional trabalhou com Saúde Pública, mesmo que esteja há nove anos na Regional de Saúde. Explicou, em linhas gerais, como a Oitava Regional de Saúde é formada e quais municípios engloba. A partir dessa contextualização deu início às discussões sobre os índices da Regional, começando com o índice de natalidade (taxa bruta de natalidade), e a sua obtenção através do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) que é alimentado com as informações sobre os nascimentos, dados da mãe, acompanhamento de gestação e a declaração de nascido vivo. Ressaltou que, de 2003 a 2008, houve 23.000 nascidos vivos dentro dos limites da Regional. Outros índices discutidos foram a morbidade e a mortalidade, cuja importância dentro da Vigilância Epidemiológica está na prevenção e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Ainda destacou a importância atual de doenças não transmissíveis crônicas, afetando tanto jovens quanto idosos, cujas causas estão relacionadas a inatividade física, tabagismo, consumo de álcool e má alimentação. Os dados de morbidade são obtidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), onde o município relata a ocorrência e a não ocorrência de agravos, semanalmente. A debatedora deu ênfase aos principais agravos notificados atualmente, sendo estes, em ordem decrescente, dengue, atendimento antirrábico, acidente por animal peçonhento, hepatites virais, violência doméstica, sexual e/ou outras violências, intoxicação exógena (principalmente por agrotóxicos), coqueluche, hanseníase, leptospirose, AIDS, meningite, tuberculose, sífilis adquirida e sífilis congênita. A debatedora ainda ressaltou a importância das hepatites virais na região. Quanto aos dados sobre mortalidade, são obtidos através do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e a debatedora colocou que as principais doenças que causaram mortalidade foram as do aparelho circulatório, neoplasias, doenças do aparelho respiratório, causas externas, doenças endócrinas, nutricionais, doenças do aparelho digestivo, algumas afecções originadas no período perinatal, infecciosas e parasitárias, sistema nervoso, aparelho geniturinário e respiratório (Síndrome Respiratória Aguda Grave). Nesse momento a Professora Karina perguntou se, no momento da notificação das doenças, já é aberta a investigação dos comunicantes. A debatedora Nathielli afirmou que é realizada a busca ativa, e o município é responsável por terminar de preencher a ficha de investigação. A Professora Karina perguntou se foram identificados casos de tuberculose

humana de origem bovina na Regional. A debatedora Nathielli confirmou que sim. O Professor Lucif perguntou se há um sistema municipal de investigação de óbitos. A debatedora Nathielli disse que só há para mortes de gestantes, neonatais e infantis. Nathielli ressaltou que um dos grandes problemas encontrados no seu trabalho é a subnotificação das doenças, que acredita estar relacionada à ausência de conhecimento sobre esse mecanismo, falta de feedback do órgão de saúde, medo de quebra de sigilo ou também por falta de percepção da importância da notificação. Sobre mortalidade fetal e infantil, Nathielli colocou que é sempre uma preocupação e que atualmente a Regional se encontra com índices muito altos, quando comparados ao estado do Paraná. Ressaltou que o índice de mortalidade fetal em 2016 foi de 8,4%, e em 2017 já é de 13,4%. A Professora Karina perguntou se há indicação da causa dessa mortalidade aumentada e Nathielli respondeu que o principal problema identificado foi o atendimento e exames pré-natais de baixa qualidade. Quanto a óbitos maternos, também relatou a ocorrência de um óbito em janeiro de 2017, que elevou o índice para 66%. Ainda descreveu que a sua frustração se dá pelo fato de que a maior parte desses óbitos, maternos e fetais, são evitáveis. A debatedora Nathielli explica que esses dados de óbitos são analisados pelo Comitê de Óbito Fetal e da Gestante. A Professora Karina questionou se a falha está no atendimento médico da gestante e, se sim, quais medidas a Regional tomou ou está tomando frente a isso. Nathielli explicou que a falha está no atendimento geral e preenchimento da carteirinha da gestante e que são realizados treinamentos com as equipes que trabalham com essas pessoas. Professora Karina explicou que já foi realizada uma pesquisa sobre toxoplasmose, com gestantes e médicos, e a falta de conhecimento sobre a doença e orientação correta dos médicos é alarmante. Nathielli concordou, mas afirmou que com a implantação do projeto Mãe Paranaense já houve melhoras no atendimento, mas relatou dificuldade na comunicação com essas equipes de trabalho. Professora Amélia questionou sobre as formas de orientação técnica quanto aos problemas observados, óbito neonatal e infantil, a nível dos comitês municipais e estadual, e Nathielli respondeu que na avaliação do óbito é criado um ofício, encaminhado posteriormente ao secretário, que contém as ações adequadas para prevenir que outros óbitos de mesma causa venham a ocorrer, desde a atenção primária. Professora Amélia colocou que a interdisciplinaridade na saúde pública deve ser mais bem trabalhada. Professor Lucif explicou que a vigilância epidemiológica transforma dados em ações, e coloca a importância que deve ser dada a isso, já que se tem conhecimento que muitos dos agravos existentes são sensíveis à atenção básica de saúde. Professora Karina perguntou como Nathielli enxerga a atuação da Universidade junto à saúde pública.

Nathielli citou a parceria com as Universidades, o quão importante é, já que é a forma de levar para a comunidade as ações educativas necessárias. Professor Lucif questionou sobre parcerias para a análise de dados que a Regional tem acesso, e também para o fornecimento de dados para otimizar o serviço da vigilância. Nathielli explicou que a Regional tem os dados, entretanto a Universidade pode saber melhor como trabalhar com eles e implantar as ações. Professor Lucif perguntou o que Nathielli acha sobre a receptividade dos gestores quanto a possibilidade de intervenções externas realizadas pela Universidade. Nathielli disse que pode ocorrer certa resistência, e ressaltou que nenhum serviço pode ser eliminado, entretanto, orientações poderiam ser adicionadas ou alteradas. Ao término de sua fala, Professora Karina agradeceu a presença de Nathielli e passou a palavra para a Professora Amélia. Amélia iniciou abordando o controle social em saúde, e coloca que este é a capacidade que a sociedade tem em intervir nas políticas públicas interagindo com o estado para estabelecer seus interesses na definição das metas dos planos de saúde. Ressaltou que esse controle social surgiu na década de 1980 e tem como um de seus pilares o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Amélia explicou que no século 20 era o Estado que comandava as áreas preventiva e curativa da saúde e, tanto nesse quanto em outros períodos da história, a participação da população na área de saúde era insignificante. Amélia destacou que na década de 1970 a previdência social não atendia a demanda populacional, além do não repasse de informações à população. Já a partir dos anos 1980, houve uma maior participação da população na área da saúde, além de muitas comissões e reuniões sobre assuntos relacionados a área da saúde. A Oitava Reunião Nacional de Saúde, em 1986, colocou a participação social como um direito. Amélia citou o artigo 198 da Constituição Federal de 1988, que traz que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”. Amélia explicou que na década de 1990 surgiu a Lei 8.080 que institui duas instâncias colegiadas em cada esfera do governo para fazer cumprir a diretriz constitucional de participação da comunidade. Essa Lei estabelece que as Conferências de Saúde devem ocorrer a cada quatro anos. Quanto aos Conselhos, Amélia esclareceu que seus membros podem ser trocados e não há limite máximo para o número de participantes. Além disso, a convocação para a participação nesses Conselhos se dá pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, pelo Comitê de Saúde. As conferências são de caráter consultivo. Amélia colocou que no município de Realeza ocorrem mensalmente reuniões do Conselho Municipal de Saúde, com diferentes temáticas, algumas referentes a Universidade, como projetos de extensão, e outras para formular o Plano de Saúde, e a cada reunião são gerados relatórios. Amélia

informou que esses planos duram quatro anos para evitar interferências políticas. Ainda colocou que a Clínica Escola de Nutrição está inserida na área da saúde do município, representando a Universidade dentro da comunidade. Amélia ressaltou que a maior parte da população desconhece esses mecanismos de tomada de decisão dentro da área da saúde. Amélia citou que em 2005 existiam 70 mil conselheiros, sendo 35 mil representantes dos usuários SUS, por isso é importante a formação para os conselheiros. Ainda ressaltou que existem questões que limitam o desenvolvimento dos conselhos, como a transformação na prática dos Conselhos em estruturas meramente consultivas, o atrelamento dos Conselhos às estruturas de Secretarias e Departamentos de Saúde, a dificuldade dos Conselhos instituídos estabelecerem objetivos que representam as reais aspirações da sociedade e a dificuldade de acesso dos conselheiros às informações em saúde. Terminou sua fala frisando o poder de influência dos Conselhos, não somente sobre a área da saúde, como em outros setores.

A palavra foi repassada ao professor Lucif Abrão Nascif Júnior, que inicia sua fala dando destaque ao setor da saúde onde, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde) o completo estado de bem estar físico, mental e social deveriam ser alcançados para se estar em saúde. O professor ainda comentou que a Constituição Federal de 1988 entende a saúde como um direito de todos e como dever o Estado deve garanti-la mediante as políticas sociais e econômicas. O professor ainda ressaltou que quando lutamos pela saúde pública lutamos por fatores como alimentação, saneamento básico, educação, transporte, lazer, renda. Ainda de acordo a fala do professor, os níveis de saúde de uma população expressam a organização social e econômica de um país. O professor Lucif colocou, resumidamente, que em nosso país a natalidade diminuiu e o número de pessoas em idade produtiva aumentou. Além de quantidade de mão de obra é preciso qualidade na formação dessas pessoas em idade produtiva. As medidas atuantes nessa transformação são o planejamento familiar, prevenção e controle de doenças contagiosas e prevenção e controle de fome e desnutrição. Foi colocado pelo professor a atual situação de saúde brasileira, ele explica que devemos entender algumas transições como a transição demográfica, que se refere ao comportamento da população ao longo dos anos e resalta que a população está envelhecendo devido ao fato de que a fecundidade vem diminuindo, onde na década de 40 a taxa de fecundidade era de 7, atualmente a taxa fica abaixo de 2,1 que é a estipulada pela ONU (Organização das Nações Unidas); transição epidemiológica que se refere ao processo saúde-doença onde muitas pessoas ainda vêm a óbito devido a fatores tratáveis e preveníveis, na atualidade a maior causa morte é por doenças cardiocirculatórias e neoplasias; e a transição nutricional que são as

transformações que ocorrem nos padrões de alimentação de uma população, já que atualmente houve um aumento do consumo de produtos industrializados e com mais calorias, além disso doenças estão associadas a essa mudança nos padrões de alimentação como a diabetes e a hipertensão. O professor entrou na questão do envelhecimento da população brasileira e destaca que, como a taxa de fecundidade está diminuída, essas pessoas envelhecerão sem filhos, ou seja, sem alguém para cuidá-las. É necessário investir na promoção de um envelhecimento saudável, foco em políticas regulatórias, mudanças comportamentais e atenção primária a saúde. Para finalizar o professor colocou que as funções básicas dos professores e da universidade são a formação de mão de obra qualificada e crítica, além de ter uma ação como ator social com papel principal ativo nas ações de saúde e firmar parcerias entre públicos no desenvolvimento de projeto de ensino, pesquisa e extensão. Nada mais havendo a ser discutido, a sessão foi encerrada pela professora Karina.



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza

## Direitos Humanos e Cidadania

Data: 26 de junho de 2017 – 13h30 às 17h30

Local: Auditório Bloco de Professores

Coord.: Prof. Dr. Marcos Antonio Beal



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUNS TEMÁTICOS

<i>Campus: REALEZA</i>
Fórum temático: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
Coordenador: MARCOS ANTÔNIO BEAL
Relatores: GUILHERME AUGUSTO SCHIMIDT

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: MARCOS ANTÔNIO BEAL  Entidade: UFFS/CAMPUS REALEZA	Em sua fala, o <b>Prof. Marcos Beal</b> destacou alguns pontos do Plano Nacional de Direitos Humanos conectando-o com a temática da educação. Elencou alguns princípios importantes para o tema: 1- a educação como um direito social inalienável da pessoa humana de dos grupos socioculturais. Deve ser um bem social de acesso universal, combatendo-se de todas as formas sua privatização; 2- A educação exige políticas públicas que garantam suas qualidade; 3- o fomento cultura dos direitos humanos é um dever importantíssimo da escola; 4- A educação em direitos humanos e cidadania, na escola, deve voltar-se ao combate ao racismo, sexismo e	- Retomar o debate em torno da criação de um curso de graduação em direito na UFFS, que seja capaz de representar a população marginalizada do país;  - Responsabilizar a PROPEPG pelo direcionamento de esforços claros para viabilizar a conversão da pós graduação em

	<p>outras discriminações que estão presentes na sociedade brasileira; 5- É preciso promover a educação intercultural, o diálogo interreligioso, resgatando-se o papel do ensino religioso na escola básica; 6- A temática dos direitos humanos e cidadania deve ser o eixo norteador, permear todo o currículo, e não apenas constar formalmente como disciplina isolada. Após elencar esse tópicos, refletiu o quão pouco a Universidade e a escola básica tem feito a respeito da concretização desse princípios.</p>	<p>Direitos humanos do campus Realeza em Programa <i>Stricto sensu</i> (mestrado);</p> <p>- Deve a UFFS observar, de forma mais clara, as diretrizes e ações propostas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;</p>
<p>Nome: Maikel Douglas Florintino</p> <p>Entidade: CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS MARCELINO CHIARELLO</p>	<p>O Sr. <b>Maikel Florintino</b>, representando o Centro de Referência em Direitos Humanos Marcelino Chiarello, falou a respeito do Programa Nacional de Direitos Humanos III. Surgiu do debate da sociedade civil com o Estado. Tais debates vêm desde o ano de 2003, através de conferências temáticas. Destacou os eixos orientadores do PNDH que são: Interação democrática entre Estado e Sociedade Civil, Desenvolvimento e Direitos Humanos, Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, Educação e Cultura em Direitos Humanos, Direito à Memória e à Verdade. Citou, em seguida as ações desenvolvidas pelo PNDH, do lançamento do livro: Quem Matou Marcelino (vereador assassinado em Chapecó e que empresta o nome ao Centro). Afirmou o Sr. Maikel que as autoridades constituídas atualmente não se deram conta do advento da participação popular direta. Isso fica claro no caso das ocupações pelos estudantes no ano passado nas escolas estaduais do nosso município. Ele defende a proposta de que a Uffs interaja com o Município, Estado e escolas visando a capacitação da sociedade em</p>	<p>- Fortalecer a atuação do CRDHIR no âmbito da universidade, por meio de dotação de estrutura mínima em cada <i>campus</i>.</p> <p>- Deve a Uffs interagir com o Município, Estado e escolas visando a capacitação da sociedade em geral para a temática dos direitos humanos – principalmente em relação àqueles que trabalham diretamente com a educação, assistência social, justiça, etc.</p>

	<p>geral para a temática dos direitos humanos – principalmente em relação àqueles que trabalham diretamente com a educação, assistência social, justiça, etc. Se isso já tivesse sido feito não teríamos, por exemplo, conselheiros tutelares, e até promotor de justiça, ameaçando estudantes que estavam participando das ocupações. Mas entende que, no caso do MP, será muito difícil, pela cultura própria do judiciário, que se disponham a trabalhar em conjunto da forma como se pensa que é necessário. Mas a pós-graduação em Direitos Humanos que a UFFS está ofertando já é um bom começo de trabalho nessa direção.</p>	
<p>Nome: Carmem Diane Basso</p> <p>Entidade: CRAS – PREFEITURA DE REALEZA</p>	<p><b>A Sra. Carmem Diane Basso</b>, assistente social da Prefeitura de Realeza, falou a respeito do trabalho do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. Destacou que ele é a porta de entrada das polícias públicas para a população. O objetivo do trabalho do CRAS é o enfrentamento das desigualdades sociais e a universalização dos bens e serviços de proteção social básica para as famílias e indivíduos, tanto da área urbana quanto da rural. Falou também a respeito do PAIF – Programa de Atenção Integral às Famílias, cujo trabalho visa o fortalecimento dos vínculos familiares e o esclarecimento a respeito dos direitos dos usuários da Assistência Social, e o acesso aos programas como: Bolsa Família, Cadastro Único, Benefício de Prestação Continuada, Baixa renda da Luz e água e Contribuição Dona de Casa baixa renda. São encontros com periodicidade bimestral através de encontros temáticos e palestras. Citou a dificuldade que enfrentam no seu trabalho, principalmente na assistência àqueles pessoas que tiveram seus direitos violados. O</p>	<p>O CRDHIR Marcelino Chiarello precisa criar estruturas locais nos campi da UFFS e se aproximar dos CRAS e CREAS existentes na região.</p>

	<p>que já era difícil ficou ainda mais devido ao fato de a Câmara de Vereadores de Realeza, seguindo o parecer de seu procurador, de cancelar o contrato que havia com um advogado que fazia o atendimento jurídico, por meio turno, às pessoas que necessitavam de acesso ao judiciário. A alegação foi de que isso deveria ser uma despesa custeada pelo Estado do Paraná e não pelo município de Realeza. Citou, também, a falta de um albergue no município de Realeza. A população em geral se preocupa e pede apenas para que se retirem os mendigos e usuários de drogas das ruas pelo problema estético que isso causa, sem se preocuparem com a situação humanitária que isso envolve. Sobre os menores infratores, afirma que as medidas socioeducativas não estão sendo efetivas. Há falta de recursos humanos suficientes para trabalhar os casos que chegam. Na teoria, fala-se muito em trabalho em rede, mas na verdade e na prática ele não existe. Falta medicação para idosos, há pessoas vivendo em extrema pobreza, maus tratos contra idosos. Por isso, para ela, a pós-graduação em Direitos Humanos da qual está fazendo parte é um momento muito rico nestes tempos de retrocesso.</p>	
<p>Nome: Alan Schneider</p> <p>Entidade: NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO/REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA</p>	<p>O prof. <b>Alan Schneider</b>, que atua na rede estadual de educação, iniciou a sua fala perguntando à plateia o que é um cidadão. Em seguida afirmou que cidadão é alguém com direitos e deveres. Para sabermos o que esses termos significam necessitamos de processos educativos. Falou sobre a reforma do ensino médio que está ocorrendo sem o devido debate com a sociedade. Para ele a participação democrática tem um papel fundamental. Citou que com o movimento de ocupação do ano passado, os alunos começam a ter</p>	<p>A UFFS precisa desenvolver ações de formação para a cidadania junto às escolas.</p>

	<p>vez e voz. Para ele, o papel do educador é o de fomentar a igualdade a justiça, a equidade e a dignidade. Como problemas da escola básica de nossa região cita os problemas de financiamento da educação em que 60% das verbas de manutenção provém de rifas, promoções, etc. Defende que a UFFS se envolva mais e mais na formação de professores, tanto os futuros licenciados, como os que já atuam na educação básica, com uma base forte em direitos humanos e cidadania.</p>	
<p>Nome: Francisco Luiz Grassi</p> <p>Entidade: curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFFS</p>	<p><b>O Sr. Francisco Luiz Grassi</b> abordou em sua fala a temática dos direitos humanos e cidadania na sua ligação com a atuação do judiciário. Iniciou dizendo que é o Poder Judiciário que garante a ordem e a efetividade dos direitos elencados na Constituição Federal de 1988. No entanto, por diversas razões, ele está tendo dificuldade de realizar esse trabalho. Segundo um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, há no País, atualmente, cerca de 70 milhões de processos judiciais em andamento. Destes, 51% são demandas de execução fiscal que tem como polo ativo a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Em seguida vêm os bancos e empresas de telefonia. Com isso, falta espaço para outras questões, como por exemplo a questão da cidadania, dos direitos humanos e suas violações. Além dessa questão da utilização do Poder Judiciário por poucos atores, existe, ainda a imposição de metas do CNJ para a resolução de demandas judiciais. Enfatiza-se mais os números em detrimento da qualidade. Tudo isso cria uma barreira entre a população mais pobre que precisa do acesso à justiça e o Poder Judiciário. Outro aspecto a ser destacado é a falta de representação qualificada nos</p>	

poderes Executivo e Legislativo. Na verdade, como cidadão, sente-se mal representado nos três poderes da República. E essa falta de representação qualificada é uma séria violação aos direitos humanos e cidadania. A falta de conexão entre o Judiciário e a população atrapalha o desenvolvimento da consciência de cidadania. Destacou ações práticas que o Judiciário deveria tomar para a efetivação dos direitos humanos que é a ampliação do trabalho através do instituto da liberdade provisória, da assistência jurídica aos mais pobres seja através de advogados dativos ou defensores públicos. A assistência jurídica deve vir acompanhada da educação em direitos. Isso ficou claro no episódio das ocupações das escolas ocorridas no ano passado. Segundo ele, os ocupantes estavam lutando pela democracia, mas pouco fez o judiciário e Ministério Público para defendê-los de violações aos direitos humanos aos quais foram submetidos. Para se avançar na conquista dos direitos humanos e cidadania plena é preciso repensar os procedimentos jurídicos, facilitando o acesso, desburocratizando, enfatizando a justiça restaurativa e preventiva. Destacou o papel desempenhado nos últimos anos pelo Supremo Tribunal Federal. Devido à leniência do poder legislativo e seguindo o que preceitua a CF/88 vários julgados de Mandados de Injunção garantindo os direitos dos indígenas, da indenização dos que permanecem presos além do tempo da sentença judicial, das cotas raciais, dos abortos de anencéfalos, do direito de adoção de crianças por casais homossexuais. Além de outros temas que ainda estão sendo discutidos. Finalizando, disse que é muito importante o espaço que a UFFS abriu para a discussão dos

	direitos humanos tendo em vista que a sociedade em geral está fechada a isso.	
--	---	--

Observações e comentários:

Finalizada a primeira parte, abriu-se para intervenções da plateia. Destacam-se pela conexão direta com a temática e pela discussão interessante que geraram na sequência: A estudante Eline Souza Barbosa relatou uma situação por ela vivida em que foi fazer a sua inscrição para o PSS do Estado do Paraná, inscrevendo-se como afrodescendente. No momento em que fazia sua inscrição notou que duas candidatas brancas estavam inscrevendo-se também como afrodescendentes. Reclamou na hora para as pessoas responsáveis no local e foi orientada a procurar o MP. No MP disse que não conseguiu falar com o Promotor de Justiça e que um servidor a atendeu e ligou para o Núcleo de Educação de Francisco Beltrão o qual informou que as candidatas citadas não haviam se inscrito por cotas, mas no grupo geral. E tudo ficou por isso mesmo. Só que ela afirma que viu elas inscrevendo-se por cotas. O Sr. Francisco Grassi disse que é nesses casos que a pessoa não pode deixar passar. É preciso avançar relatando o caso à ouvidoria, corregedoria. É obrigação constitucional do MP promover a justiça nessa questão das cotas. Mas não há muita preocupação, em termos gerais, de lidar a fundo nessas questões. Talvez porque cerca de 86% dos juizes e promotores são das classes dominantes, que tiveram condições de ficar apenas estudando depois da graduação. O Sr. Maikel disse que isso na verdade é um descumprimento do dever funcional. O Prof. Marcos Beal disse que o problema central que ele vê em diversas instâncias da Administração Pública brasileira é uma questão da estrutura civilizatória da sociedade brasileira. Muitos querem utilizar-se do estamento conquistado pelo judiciário sobre o resto da sociedade. No Brasil ainda prevalece o critério de berço, familiar. Também, muitos dos que fazem concurso para o Judiciário, buscam status, ascensão social e não como principal objetivo o servir à sociedade. Repetimos o estamento da Idade Média e, com isso, o preceito constitucional da igualdade vira pó. Essa é uma questão na qual a UFFS deve atuar. Precisa-se pensar em um curso de Direito que consiga trazer uma nova formação voltada aos direitos humanos e centrada na busca pela cidadania plena. Um outro estudante do ensino médio disse que ouviu uma conversa entre estudantes da UFFS, que o deixou bem indignado, em que falavam sobre um homem que foi preso por

furto em um supermercado e que foi despido de suas vestes e humilhado. O Prof. Beal disse que esse é um caso em que se deveria falar menos em direitos humanos e mais em dignidade humana. Nem todas as sociedades tem seus valores regulamentados, registrados em códigos, mas o importante é a dignidade da pessoa humana que deve existir mesmo sem uma lei ter de dizer isso. O espaço do diálogo é eliminado quando nos limitamos a aplicar leis. Precisamos de diálogos construtivos. *Houve a manifestação de várias pessoas solicitando com grande ênfase que a UFFS deve assumir uma posição de destaque quando à educação em direitos humanos e cidadania junto às escolas da educação básica do município e região.*

Também, houve o consenso de todos os presentes quando a necessidade da UFFS envidar os melhores esforços para a forças para a criação de um programa stricto sensu em direitos humanos, seja com os recursos humanos disponíveis em nosso Campus, seja juntando forças com outros campi da UFFS. Foi destacado, ainda, por algumas pessoas que seria o ideal que esse programa focasse nas temáticas regionais, buscando a solução de seus problemas. O Prof. Marcos Beal afirmou que a questão da cidadania e dos direitos humanos não é algo natural e definitivo ou consensual. Está sempre sujeito a mudanças, avanços e retrocessos. O bastão que a geração atual está passando para os mais novos é pesado e até, em certo ponto, vergonhoso. Finalizando, resumiu as propostas surgidas no debate, na ordem em que apareceram: 1- A necessidade de envolvimento da UFFS com a sociedade em geral visando a educação em direitos humanos e cidadania; 2- A necessidade da criação de um curso de Direito que traga uma formação sólida em direitos humanos e cidadania; 3- A UFFS deve se fazer presente nas escolas de educação básica da região visando a formação em direitos humanos das novas gerações; 4- A necessidade da criação de um programa stricto sensu em direitos humanos com vocação regional.



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Campus Realeza  
**Consolidação e Expansão**

Data: 5 de julho de 2017 – 13h30 às 17h30  
Local: Auditório Bloco Professores  
Coord.: Prof. Dr. Marcos Antonio Beal



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**



# II COEPE

Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

## REGISTRO DA DISCUSSÃO NOS FÓRUMS TEMÁTICOS

<i>Campus: REALEZA</i>	<i>Horário: 13h30 às 17h00</i>
Fórum temático: CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO	
Coordenador: MARCOS ANTÔNIO BEAL	
Relatores: Cristina Zulmira Almeida de Campos	

**Orientação de preenchimento:** sintetizar em cada linha os tópicos principais da fala de cada expositor, referentes às demandas e ações apontadas como prioritárias.

<b>Expositores</b>	<b>Aspectos centrais destacados</b>	<b>Ações e demandas propostas</b>
Nome: MARCOS ANTÔNIO BEAL  Entidade: UFFS/Campus Realeza  - Números da Universidade em termos da graduação-dados necessários para se pensar em consolidação e expansão no cenário atual.	- Destacou a importância de pensar o tema Consolidação e Expansão, tendo a graduação como eixo estruturante de outros movimentos (pós-graduação);  - Conceber as ofertas de cursos não como a priores, mas incluir um Plano de Desenvolvimento Institucional junto aos movimentos de expansão e consolidação;  - Mecanismos para conciliar as demandas internas com as externas, no que se refere à expansão e	- Discutir o tema da consolidação e expansão diante da realidade atual;  - Marcar as bases, discutir no âmbito da UFFS como um todo;  -Fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos campi da UFFS, conforme tabela apresentada (anexa);  - Analisar a atuação da universidade na região onde está inserida, resgatar os debates que já foram feitos sobre o

	consolidação.	<p>assunto e inclui-os nesse plano de expansão e consolidação;</p> <p>-Pensar no cenário futuro, fazer mais com menos, corrigindo alguns erros estratégicos na origem.</p> <p>- Estabelecer critérios dentro do tema – equilíbrio entre os campi da UFFS.</p>
<p>Nome: ANTONIO MARCOS MYSKIW</p> <p>Entidade: Diretor do <i>Campus Realeza</i></p> <p>- Resgatar a constituição/implantação da universidade como um todo – Elementos iniciais da construção/estrutura da UFFS.</p>	<p>- Destacou o processo central de criação e consolidação das atividades da Universidade;</p> <p>- Dificuldade no sentido de manter as atividades existentes em funcionamento, diante de um cenário incerto que se tem atualmente;</p>	<p>- Necessidade de rever o projeto de expansão e consolidação da UFFS Campus Realeza;</p> <p>- Levantar as necessidades junto a comunidade no sentido de orientar a expansão dos cursos de graduação/pós-graduação e mestrado;</p> <p>- Fomentar o debate entre as instituições da região, no sentido de alavancar ações pertinentes a expansão e consolidação da UFFS</p>
<p>Nome: JACI POLI</p> <p>Entidade: IFPR/Capanema, primeiro coordenador administrativo do campus Realeza, integrante do movimento pró-universidade</p> <p>- Panorama sobre a perspectiva da organização e dos movimentos feitos pelos IFs recentemente – um olhar sobre as políticas atuais em torno do ensino superior – Caminho da expansão é o mesmo da consolidação.</p>	<p>- Maior incentivo do Governo Federal aos cursos técnicos do que aos curso de graduação ;</p> <p>- Criação da UFFS, perspectiva de aproximar a relação do governo com os movimentos sociais;</p> <p>- Vale a pena brigar pela universidade pública nesse momento? Sim através da mobilização.</p>	<p>- Politizar a população sobre a importância de se mobilizar em busca da expansão e manutenção da estrutura existente na universidade;</p> <p>- Questão central – necessidade de mudança no perfil do estado;</p> <p>- Novas abordagens relacionadas ao ensino – RAP = relação aluno x professor.</p> <p>- Unir as entidades de ensino superior existentes na região de forma a potencializar/fomentar a estrutura existente a partir do potencial da região.</p>

Observações e comentários/ Relato:

## CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO

A mesa teve como coordenador o professor Marcos Antonio Beal e como debatedores o professor Antônio Marcos Myskiw e o professor Jaci Poli, debatendo sobre o tema: Consolidação e Expansão.

O Professor Antônio Marcos Myskiw fez abertura, agradeceu a presença de todos, apresentou os debatedores do fórum, em seguida começou suas considerações. Relatou sobre a construção da UFFS, destacou que o projeto inicial foi pensado em parceria com os movimentos sociais da região. O projeto foi idealizado de forma a tornar os cursos viáveis, nesse sentido, era necessário um formato condizente com a realidade regional. No primeiro momento foi feita uma audiência pública, com participação de várias entidades locais, para dar encaminhamento ao processo inicial de implantação do Campus. Foi uma mobilização de grande importância e que desencadeou no projeto em está em andamento nos dias atuais. No entanto, hoje tem-se a necessidade de ser revisto o projeto de consolidação e expansão do campus, rever a expansão dos cursos de graduação, de pós-graduação e mestrado. Levantar as prioridades/necessidades do Campus, nesse sentido fomentar o debate entre as entidades da região e juntas alavancar ações pertinentes a realidade atual. No projeto de expansão foi dada atenção em damásia ao hospital veterinário, está no momento de se pensar em outras partes da estrutura física do *Campus*, como bloco administrativo, biblioteca, mais um bloco de laboratório, centro de avaliação, fomento e certificação de alimentos, e ainda, na criação de novos cursos de graduação.

Após a explanação do diretor Antonio, passou-se a palavra para o professor Jaci Poli. O professor destacou que, em 2005 iniciaram-se os primeiros debates para a criação a UFFS, em 2006 aconteceu as reuniões com os movimentos pró-universidade, com o objetivo de expansão e acessibilidade da região ao ensino superior. A perspectiva na época de criação da universidade era estreitar a relação do governo com os movimentos sociais. Com o decorrer dos anos e no cenário atual, quando se fala em expansão percebe-se, de forma nítida, que o governo federal tem investido mais nos cursos técnicos do que nos cursos de graduação. Diante de tal cenário, deve-se pensar o que esta acontecendo nas universidades públicas, qual a posição desse governo com relação ao ensino no ambito da educação superior? A partir do 2º governo da presidente Dilma a expansão do ensino superior começa a se retrair, hoje a situação esta cada vez mais extrema no sentido de corte de despesas do governo e isso tem afetado diretamente

as instituições de ensino superior federais. Voltando para o *Campus Realeza*, com relação aos investimentos no hospital universitário do *Campus*, o que falta para terminar as obras, no cenário atual, paralisaria o andamento do resto da universidade. Revendo a construção/expansão do hospital universitário, isso foi pensando para a realidade da época. O professor Jaci destacou, como questão de reflexão, analisar se vale a pena “brigar” pela expansão da universidade pública nesse momento. Como pensar em expansão, diante da dificuldade de manter a estrutura atual? Sabe-se que não tem viabilidade de expansão das universidades no cenário atual. Questão central é a necessidade de mudança no perfil do estado atual.

Dando continuidade aos debates, o professor Marcos Antonio Beal, fez suas considerações sobre o assunto. Apresentou tabela (anexa) com levantamento de dados, discriminando a relação nos campi da UFFS dos cursos que não tiveram alteração (aumento ou diminuição de oferta), de novos cursos e cursos em retração. Diante deste cenário, destacou necessidade de levantamentos preliminares – 1º discutir o tema da consolidação e expansão diante do cenário atual; 2º Marcar as bases, discutir no âmbito da UFFS como um todo, buscar um equilíbrio que se perdeu, entre as demandas de formação e a forma como a universidade distribui seus esforços no seu raio de atuação; 3º Fazer um balanço dos movimentos de expansão e retração dos cursos nos campi da UFFS, conforme tabela apresentada (anexa); e 4º analisar a atuação/inserção da universidade na região onde está inserida. O professor Marcos Antonio Beal destacou ainda, no seu entendimento, consolidação como melhoria e qualificação dentro das estruturas que já existente dentro da universidade (melhoria dos cursos existentes) e expansão como agregação de novos raios de atuação (criação de novos cursos). Dentro deste cenário, destacar alguns pontos que devem ser analisados: - Os cursos existentes já funcionam em condições satisfatórias de forma que já se pode pensar em novos movimentos de ampliação no escopo de atuação; - Qual é a dinâmica mais adequada para definir, no âmbito do PPI, os movimento de expansão/consolidação (discutir junto a comunidade acadêmica/ Conselho Universitário- Conselho do Campus/ comunidade regional – Conselho Comunitário/ Conselho Estratégico Social); - Como conciliar as demandas internas (verticalização graduação/xpós-graduação – aumento no número de oferta de vagas, aumento de docentes numa determinada área) com as demandas externas (demandas da comunidade que estão ao entorno da universidade) no que se refere a expansão e consolidação; – como aproveitar de forma mais adequada os debates já realizados sobre o tema; e - Que critérios devemos empregar na discussão, dentro dos dois eixos, para estabelecer o que é prioritário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intervalo entre a primeira e a segunda Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS decorreu concomitantemente ao momento de consolidação de suas estruturas, não apenas físicas, mas também imateriais. Nesse sentido, o leitor mais atento, ao comparar os temas eleitos como mote para a reflexão na primeira COEPE com os temas mobilizados para esta segunda edição poderá perceber, sem muito esforço, alguns aspectos reveladores da dinâmica institucional neste período.

Em primeiro lugar, a reafirmação do compromisso institucional com alguns temas estruturantes de todo o debate alimentado pelo movimento pró universidade e que culminou com sua criação: nada menos do que sete dos onze temas da primeira edição da conferência se repetem, com algumas nuances, na segunda edição, o que revela o compromisso institucional com essas temáticas.

Em segundo lugar, também é possível avaliar a dinâmica institucional pela ótica dos temas que, de alguma forma, saíram da agenda, ou que pelo menos não aparecem nela de uma forma mais explícita. São os casos das temáticas "Conhecimento, Cultura e Formação Humana", "História e Memória Regional", "Desenvolvimento Regional", "Juventude, Cultura e Trabalho", "Lingua(gem) e Comunicação". Muitas perguntas podem ser feitas em torno dessa mudança de direção e, obviamente, não pretendemos sequer formular todas elas: Esse movimento representa que a universidade chegou a respostas momentaneamente adequadas a esses temas ou, antes, sinaliza para uma perda de espaço? Tendo alguns desses temas encontrado tratamento dentro de programas de pós-graduação, onde se traduzem como linhas de pesquisa, de que forma mais a universidade pode aprofundar a responsividade de suas ações em relação a eles? Em síntese, em que medida seria possível falar de uma mudança de rumo institucional a partir dessas modificações?

Há, por fim, os temas que entraram na agenda na segunda edição: "Inclusão e ações afirmativas", "Integração Acadêmica, currículo e Interdisciplinaridade" e "Mobilidade Acadêmica e Internacionalização". O primeiro responde ao aprofundamento do movimento de democratização do acesso a educação superior, expresso especialmente pela consolidação e aprimoramento da política de cotas, evidenciado nos anos que se seguiram a criação da UFFS. O segundo, de alguma forma, para a necessidade da Universidade avançar em um dos poucos documentos estruturantes que ainda não tiveram uma versão mais acabada desde sua criação: o Projeto Pedagógico Institucional

que, embora difuso em muitos dos regramentos institucionais já aprovados, ainda carece de uma formulação própria mais detalhada. O terceiro, a um debate que tem interpelado a universidade pública no Brasil como um todo nos últimos anos e que tem sido empregado como importante insumo na régua de mensuração de sua qualidade.

O balanço dos dez fóruns temáticos da segunda COEPE no Campus Realeza (de um total possível de 12), nos termos em que aparecem ao longo deste texto, apontam para o compromisso do Campus – seus servidores, estudantes e comunidade regional – para com o desenvolvimento e consolidação do projeto institucional da UFFS. Embora muito variáveis no apelo que despertaram junto a esses atores - indo desde fóruns que contaram com a participação de mais de 100 pessoas até fórum que contaram com poucas pessoas além dos expositores -, em seu conjunto, pretendem contribuir para a qualificação das ações da Universidade nas mais diferentes direções de sua atuação. Esta é, também, uma consideração final importante dos trabalhos realizados no Campus e que deixamos para a próxima etapa da conferência, qual seja a de se avaliar o eco que o conjunto desses temas despertaram - ou não - entre todos os conferencistas.